

PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2026

CONTRATANTE (UASG)

110794 - Unidade Gestora Executora da Operação Acolhida

OBJETO

Registro de Preços para aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), componentes de infraestrutura de rede, armazenamento, acessórios de hardware e licenças de softwares, em prol da Operação Acolhida

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.034.142,68 (dois milhões, trinta e quatro mil cento e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 21/05/2026 às 10h30min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item e por grupo

MODO DE DISPUTA

Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

SUMÁRIO		
1.	DO OBJETO.....	02
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS.....	02
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	02
4.	DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	03
5.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	04
6.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	05
7.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	05
8.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	07
9.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	07
10.	DO TERMO DE CONTRATO.....	09
11.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	09
12.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	09
13.	DOS RECURSOS.....	10
14.	DO RETORNO DE FASE E DA CONVOCAÇÃO DOS REMANESCENTES.....	10
15.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	10

16.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	11
17.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	11
18.	DOS ANEXOS.....	12



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICAS E MOBILIZAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL

PROCESSO Nº 60301.000860/2025-47

Torna-se público que a Secretaria-Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial - SECAAE, por meio da Unidade Gestora Executora da Operação Acolhida, sediada à Rua Floriano Peixoto, nº 221, Centro, Boa Vista, Roraima, 69301-320, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação para aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), componentes de infraestrutura de rede, armazenamento, acessórios de hardware e licenças de softwares, em prol da Operação Acolhida, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT ou CATSERV e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.2. A licitação será dividida em ITEM(NS) e GRUPO(S), sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2.1. Relativamente ao(s) ITEM(NS) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2.2. Relativamente ao(s) GRUPO(S), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem

1.3. Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública do Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br:

1.3.1. **Data:** 21/05/2026.

1.3.2. **Horário de Brasília:** 10h30min.

1.3.3. **Sítio Eletrônico Oficial:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Com **EXCEÇÃO** dos **ITENS 01, 02, 03, 04, 12 e 23**, para todos os demais itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de

realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.7. **Não poderão disputar esta licitação:**

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o ITEM 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os ITENS 3.7.5 e 3.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos ITENS 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o ITEM 3.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

- 5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.7.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.8. A falsidade da declaração de que trata os ITENS 5.3 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do ITEM 5.12. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valor/desconto unitário e total do item;
- 6.1.2. Marca;
- 6.1.3. Fabricante;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM.
- 7.5.1. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.6. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 7.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa “aberto e fechado”**, devendo, os licitantes, apresentarem lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.10.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.10.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.16. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.16.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/Agente de Contratação/Comissão.
- 7.16.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.17.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da

Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.17.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.17.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.17.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.18. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.18.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.18.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.18.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.18.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.18.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.18.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.18.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.18.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.18.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.18.1.3 caso esse direito não seja exercido.

7.18.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. Empresas brasileiras;

7.21.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em GRUPO, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23.7. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.25. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

7.26. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licitacao.secaae@gmail.com, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

7.27. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

7.28. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF; e

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

8.6.1. Contiver vícios insanáveis;

8.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10% (dez por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- 9.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.13. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.14. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.
- 9.15. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.
- 9.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.17. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo **de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.18. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.19. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.20. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.21. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).
- 9.22. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:
- 9.23. Identidade dos sócios;
- 9.24. Atuação no mesmo ramo de atividades;
- 9.25. Data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- 9.26. Compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;
- 9.27. Identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos; ou
- 9.28. Identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.
- 9.29. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.
- 9.30. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:
- 9.31. Inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração; e
- 9.32. Relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.
- 9.33. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o ITEM 9.17., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:
- 9.34. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.35. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.36. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.37. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.38. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.39. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.40. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no SUBITEM 9.17.
- 9.41. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.42. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 9.43. Durante a análise da documentação de habilitação, será realizada a consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.
- 9.44. Caso seja identificada a existência de registro em nome do licitante, este será formalmente comunicado do fato por meio do chat do sistema. Este aviso servirá como alerta, informando que a existência do registro no momento da contratação constitui fator impeditivo para a sua efetivação.
- 9.45. A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.
- 9.46. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar à licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.
- 9.47. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Seção de Licitações da Unidade Gestora Executora da Operação Acolhida, situada na rua Floriano Peixoto, 221, Centro, Boa Vista – RR, 69301-320, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **02 (dois) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico,

assegurado o prazo de **02 (dois) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. A assinatura do termo de contrato pelo fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.2. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos ITENS 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. Constatada a existência de registro no CADIN nesta fase, o licitante adjudicatário será convocado para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, comprovar a regularização do registro, sob pena de decair o seu direito à contratação.

10.7.2. O prazo estipulado no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, a critério da Administração, mediante solicitação justificada do licitante.

10.7.3. O prazo de 5 (cinco) dias úteis é concedido em observância ao princípio da razoabilidade e por analogia ao tratamento dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.7.4. A não regularização no prazo estipulado (incluindo eventual prorrogação) implicará a recusa na celebração do contrato, sujeitando o licitante às sanções administrativas cabíveis e ensejando a convocação do licitante remanescente, nos termos do Tópico 14 deste Edital.

10.7.5. A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até **03 (três) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **1 (um) ano** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **10 (dez) minutos**.

13.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três)

dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://pncp.gov.br/app/editais?q=110794&status=todos&pagina=1>, ou, na íntegra, a ser solicitado ao e-mail licitacao.secaae@gmail.com.

14. DO RETORNO DE FASE E DA CONVOCAÇÃO DOS REMANESCENTES

14.1. Nas hipóteses de o licitante vencedor não assinar o termo de contrato, a ata de registro de preços, ou não apresentar a documentação exigida no prazo estabelecido, a Administração poderá, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, retornar o certame à fase de lances para a convocação dos licitantes remanescentes.

14.2. A convocação dos licitantes remanescentes seguirá rigorosamente a ordem de classificação no certame e observará o seguinte procedimento:

14.2.1. Com base no § 2º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, serão convocados para celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor, incluindo o preço.

14.2.2. A convocação será realizada por meio de comunicação no chat do sistema, estipulando o prazo de 10 (dez) minutos para que o licitante manifeste expressamente seu interesse em aceitar as condições do vencedor.

14.3. O silêncio do licitante no prazo estipulado será interpretado como recusa à proposta.

14.4. Caso a convocação para cobrir a proposta do vencedor (item 14.2.1) reste infrutífera, a Administração poderá, a seu critério e observado o orçamento estimado e sua eventual atualização:

14.4.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; e

14.4.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, quando frustrada a negociação de melhor condição, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, nos termos do inciso II, § 4º, do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5. O retorno de fase será formalizado por meio de um Aviso de Retorno de Fase publicado no sistema.

14.6. A sessão para convocação dos remanescentes ocorrerá efetivamente após, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** da publicação do referido aviso, em data e horário a serem informados no mesmo comunicado.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

15.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.6. Fraudar a licitação;

15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

15.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa;

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, a multa será de 1% a 4% do valor do contrato licitado.

- 15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.9. As sanções previstas nos subitens acima serão aplicadas sem prejuízo daquelas dispostas no item 8. do Termo de Referência, visto aquelas se tratarem, especialmente, das sanções durante a execução do contrato.
- 15.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 15.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 15.12. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 15.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 15.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 15.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 15.16.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao.secaae@gmail.com.
- 16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://pncp.gov.br/app/editais?q=110794&status=todos&pagina=1>.

18. DOS ANEXOS

- 18.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 18.2. Anexo I - Termo de Referência;
- 18.2.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;
- 18.3. Anexo II - Minuta de Termo de Contrato;
- 18.4. Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 18.5. Anexo IV - Termo Substitutivo de Contrato; e
- 18.6. Anexo V - Termo de Ciência e Concordância.

Boa Vista, RR, na data da assinatura eletrônica.

JORGE ANDRÉ FERREIRA DA SILVA - Coronel
Chefe da Unidade Dirigente e Ordenador de Despesas

Modelo Edital:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Pregão e Concorrência - TIC - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Governo Digital
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025



Documento assinado eletronicamente por **Jorge André Ferreira da Silva**, **Chefe**, em 07/05/2026, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **8841267** e o código CRC **DEBDD03B**.

Referência: Processo nº 60301.000860/2025-47

SEI nº 8841267

UNIDADE GESTORA EXECUTORA OPERAÇÃO ACOLHIDA

Termo de Referência 153/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
153/2025	110794-UNIDADE GESTORA EXECUTORA OPERAÇÃO ACOLHIDA	THIAGO MARTINS DOS SANTOS	07/05/2026 15:07 (v 0.17)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		60301.000860/2025-47

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), componentes de infraestrutura de rede, armazenamento, acessórios de hardware e licenças de softwares destinados a atender às demandas de manutenção, ampliação e continuidade operacional da Seção de TI da da FT Log Hum Acolhida, nos termos da tabela constante em anexo, a este Termo de Referência;

1.1.1. Considerando a especificidade técnica do item desta contratação, não foi identificado no Catálogo de Materiais (CATMAT) do Compras.gov.br um código que descreva de forma precisa todas as características do produto pretendido. Dessa forma, para fins de registro e tramitação do processo no sistema, foram utilizados códigos de materiais de descrição similar ou aproximada, de modo a atender às exigências cadastrais, sem prejuízo da correta identificação e descrição detalhada do item neste Termo de Referência. Ressalta-se que a especificação técnica contida neste documento prevalece sobre a descrição do CATMAT utilizado, garantindo a fiel correspondência ao objeto pretendido;

1.1.2. Conforme justificativas técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar – ETP, especialmente no que se refere à economicidade, à padronização, à viabilidade técnica da execução contratual e à ampliação da competitividade, os itens 34, 35, 36 e 37 serão licitados e julgados sob a forma de grupo (lote), nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133 /2021, observadas as diretrizes de parcelamento previstas no art. 40, §2º, do mesmo diploma legal.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto como bem de luxo

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021;

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. A presente contratação não possui natureza continuada, uma vez que se refere ao fornecimento de bem material, sem previsão de prorrogação ou de obrigações de execução periódica. Ressalta-se, contudo, que, após o recebimento definitivo, subsistirá o vínculo entre as partes exclusivamente durante o prazo de garantia legal ou contratual do produto, nos termos da legislação aplicável e das condições ofertadas pelo fabricante;

Prazo de vigência

- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir do início da vigência da ata de registro de preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 1.6. Em conformidade com o Art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços decorrente deste certame poderá ser prorrogada por igual período, mediante manifestação de interesse da Administração e anuência do fornecedor. Fica expressamente estabelecida a possibilidade de renovação do quantitativo registrado por ocasião da prorrogação da vigência da Ata, desde que demonstrada a vantajosidade econômica e a manutenção das condições de habilitação, respeitados os limites e necessidades da Operação Acolhida.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação tem por finalidade a aquisição de equipamentos, periféricos e materiais de infraestrutura de tecnologia da informação, destinados a suprir, manter e ampliar a estrutura tecnológica da Seção de Tecnologia da Informação da Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum), garantindo a continuidade e o aprimoramento dos serviços administrativos e operacionais essenciais ao cumprimento da missão institucional;
- 2.2. Essa necessidade decorre do desgaste natural e da obsolescência tecnológica dos equipamentos atualmente em uso, que comprometem a disponibilidade, o desempenho e a segurança dos sistemas de informação, bem como da expansão das demandas operacionais relacionadas ao aumento de usuários, à ampliação da rede local de dados. Tais fatores impõem a atualização do parque tecnológico para assegurar níveis adequados de confiabilidade, interoperabilidade e eficiência energética;
- 2.3. Os itens demandados foram definidos com base em levantamento técnico realizado pela Seção de TI. A quantificação dos itens resultou de análise comparativa entre a infraestrutura instalada e a demanda prevista para o exercício corrente, adotando-se como parâmetro a razão média de equipamentos por estação de trabalho e ponto de rede ativo, de forma a garantir a proporcionalidade e a economicidade da contratação;
- 2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000004/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;

III) Id do item no PCA: 6, 7, 10, 12, 15, 18 e 32;

IV) Classe/Grupo: 7010 - COMPUTADORES; 7030 - EQUIPAMENTOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS; 5999 - COMPONENTES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DIVERSOS; 7040 - EQUIPAMENTOS DE ENTRADA DE DADOS; 6030 - DISPOSITIVOS DE FIBRA ÓTICA; 7060 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES e 9999 - ITENS DIVERSOS.

V) Identificador da Futura Contratação: 110794-37/2026 e 110794-41/2026,
- 2.5. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia Nacional de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2023/2025 da Força-Tarefa Logística Humanitária (Operação Acolhida), conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS		
ORD	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DEFINIÇÃO
O4	Privacidade e Segurança	Ampliar a resiliência e a maturidade das estruturas tecnológicas governamentais com atenção à privacidade, proteção de dados pessoais, segurança da informação e segurança cibernética
		Disponer de infraestrutura moderna, segura, escalável e robusta, considerando

O6	Infraestrutura Digital	princípios de sustentabilidade, para a implantação e evolução de soluções de governo digital, promovendo soluções estruturantes compartilhadas, uso de padrões comuns e a integração entre os entes federados.
----	------------------------	--

ALINHAMENTO AO PLANO DIRETOR DE TIC DA FT LOG HUM - OP ACOLHIDA (PDTIC 2023 /2025)			
ORD	META DO PDTIC ASSOCIADA	ORD	AÇÃO DO PDTIC
M3	Estruturar a segurança de acesso nos servidores	A06	Elaborar o planejamento estratégico de TIC relativo a segurança nos servidores
M6	Manter disponibilidade do ambiente de servidores e de comunicação de dados	A09	Gerir prestação de serviço de servidores de aplicação e portais diversos (internet e intranet) e comunicação de dados
M9	Manter o fornecimento de consumíveis de TIC	A12	Realizar a aquisição de material de consumo TI

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2. A solução de TIC consiste na aquisição de materiais e equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, periféricos e acessórios de informática, através de processo licitatório realizado pela própria instituição, a solução apresentada no Estudo Técnico Preliminar, visando atender às necessidades de manutenção e reposição da Força Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida. A solução é motivada pela necessidade de superar limitações do parque tecnológico atual, como obsolescência e baixa capacidade de processamento, garantindo a continuidade de serviços críticos como a gestão de migrantes e o controle de abrigos. O quantitativo de bens, cujo valor total estimado é de R\$ 2.034.142,68 (Dois milhões, trinta e quatro mil, cento e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos) é pormenorizada no Anexo a este Termo de Referência e foram devidamente classificados no CATMAT/SIASG para assegurar a padronização e interoperabilidade. A memória de cálculo fundamenta-se em levantamentos de necessidades atuais e perspectivas de curto e médio prazo, conforme explicitado no documento em anexo a este Termo de Referência, utilizando como premissa as diretrizes do Ministério da Economia que estabelecem ciclos de vida de 4 anos para desktops e periféricos, 3 anos para notebooks e 5 anos para ativos de rede, visando racionalizar o investimento e garantir a funcionalidade tecnológica. As fórmulas e parâmetros de cálculo basearam-se em dados de aquisições dos anos de 2024 e 2025, respeitando a vida útil dos equipamentos. A especificação dos serviços de suporte e manutenção de primeiro nível será realizada internamente pelo Pelotão de Tecnologia da Informação da Força Tarefa, enquanto a assistência externa será garantida pelos prazos de garantia dos fabricantes, observando requisitos de qualidade e desempenho conforme as normas vigentes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

- 4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:
- 4.1.1. A contratação deve atender à necessidade institucional de manter e aprimorar continuamente a capacidade operacional da organização, garantindo que os recursos disponibilizados acompanhem a evolução das demandas administrativas, operacionais e de gestão, de forma a evitar obsolescência que comprometa a eficiência do serviço público;
- 4.1.2. A solução a ser contratada deve ser capaz de suportar o crescimento natural das demandas institucionais, considerando ampliação de atividades, aumento de carga de trabalho e evolução dos processos administrativos, sem necessidade de substituições frequentes ou contratações emergenciais;

4.1.3. A contratação deve possibilitar a agregação de demandas institucionais em um único processo, de forma a ampliar o poder de negociação da Administração Pública junto ao mercado fornecedor, promovendo condições mais vantajosas sob a ótica do interesse público;

4.1.4. A contratação deve ser estruturada para maximizar a relação custo-benefício, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente, com redução de custos unitários, racionalização de despesas de custeio e otimização dos investimentos institucionais;

4.1.5. A solução contratada deve prover condições adequadas para o desempenho das atividades laborais, tanto de suporte administrativo quanto de gestão e execução das atividades finalísticas, garantindo continuidade, regularidade e qualidade na prestação do serviço público;

4.1.6. A contratação deve estar alinhada ao planejamento institucional, contribuindo direta ou indiretamente para o alcance dos objetivos estratégicos da organização e para a satisfação do interesse público que fundamenta a atuação administrativa;

4.1.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.1.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.1.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante."

4.1.10. A contratação deve atender à necessidade de padronização dos recursos utilizados pela instituição, com vistas à simplificação da gestão, à redução da complexidade operacional, à facilitação do controle patrimonial e à melhoria do planejamento de custeio e manutenção;

4.1.11. A contratação deve permitir a execução de compra centralizada, de modo a racionalizar esforços administrativos, reduzir retrabalho, padronizar procedimentos e potencializar os benefícios econômicos e gerenciais decorrentes da centralização.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.4. Para a presente contratação não verifica-se a necessidade de realização de manutenções corretivas pela Contratada, uma vez que o objeto não envolve prestação continuada, suporte técnico ou intervenções posteriores à entrega, limitando-se ao fornecimento definitivo, nos termos das especificações estabelecidas no instrumento convocatório e no contrato, observadas as condições de garantia legal e/ou contratual aplicáveis;

Requisitos Temporais

4.5. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de **30 dias** corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.5.1. Os bens deverão ser entregues no 6º Batalhão de Engenharia de Construção (Almoxarifado Central), localizado na Avenida Capitão Ene Garcês, nº 1037, Bairro Mecejana, Boa Vista – RR, CEP 69304-000, no horário de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, exceto aos sábados, domingos e feriados.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante:

4.6.1. Na presente contratação deverá observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), adotando todas as medidas necessárias para garantir a integridade, confidencialidade e segurança das informações eventualmente tratadas ou armazenadas pelo equipamento fornecido:

4.6.1.1. Qualquer anormalidade identificada durante a utilização do item deverá ser imediatamente comunicada por escrito à contratada, para que sejam adotadas as medidas corretivas e preventivas cabíveis, garantindo a continuidade e a segurança das operações;

4.6.1.2. Em conformidade com os princípios da Lei nº 13.709/2018, caso ocorra qualquer incidente de segurança que resulte em vazamento, acesso indevido, perda, destruição ou divulgação não autorizada de dados capturados ou processados pelo item, a contratada será integralmente responsável pelos danos decorrentes, conforme diretrizes do Art. 42 da Lei nº 13.709/2018; e

4.6.1.3. Conforme diretrizes do Art. 46 da Lei nº 13.709/2018, o representante legal da contratada deve assinar o Termo de Compromisso quando solicitado, contendo declaração de que o item em questão possui medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. Respeito às normas de segurança vigentes na Força Tarefa Logística Humanitária - Operação Acolhida.

4.6.2. A CONTRATADA será responsável por assegurar que todos os materiais fornecidos sejam novos, originais de fábrica, sem uso prévio e livres de qualquer dado gravado, garantindo que não contenham softwares, firmwares ou mecanismos de monitoramento que possam comprometer a integridade, a confidencialidade ou a disponibilidade das informações processadas pela CONTRATANTE;

4.6.3. A CONTRATADA deverá garantir que o processo de armazenamento e transporte dos equipamentos ocorra em condições adequadas de segurança física e lógica, assegurando a integridade e a inviolabilidade dos produtos até a entrega definitiva nas dependências da Contratante;

4.6.4. A CONTRATADA deverá entregar, juntamente com os equipamentos fornecidos, a documentação técnica correspondente, contendo, no mínimo:

4.7.4.1. Especificações completas de hardware, interfaces de conexão e requisitos de instalação;

4.6.4.2. Informações sobre mecanismos de segurança eventualmente incorporados aos equipamentos (quando disponíveis), tais como proteção de firmware, controle de acesso e recursos de prevenção contra alterações indevidas; e

4.6.4.3. Certificações de conformidade aplicáveis, tais como CE, FCC, RoHS, ou outras pertinentes ao tipo de equipamento fornecido.

4.6.5. A CONTRATANTE será responsável pela configuração, operação e gestão dos equipamentos após seu recebimento, incluindo os procedimentos de segurança, administração e monitoramento, observando suas próprias políticas internas de Tecnologia da Informação.

4.6.5.1. Definição e execução da política de backup e retenção de registros de log do ambiente de TIC;

4.6.5.2. Estabelecimento e manutenção dos controles de acesso físico e lógico ao ambiente onde os equipamentos serão instalados;

4.6.5.3. Procedimentos para coleta, preservação e análise de evidências em caso de incidentes relacionados à segurança da informação; e

4.6.5.4. Realização periódica de avaliação de riscos operacionais e de privacidade associados ao ambiente tecnológico em que os equipamentos forem utilizados.

4.6.6. Fica vedada à CONTRATADA qualquer forma de acesso remoto ou local aos equipamentos após a entrega, bem como a coleta, tratamento, armazenamento ou visualização de quaisquer dados da CONTRATANTE, direta ou indiretamente, sob pena de rescisão contratual e responsabilização nos termos da legislação vigente.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7. Em observância ao disposto no art. 16, inciso I, alínea “g”, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, e em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, os requisitos sociais, ambientais e culturais aplicáveis ao presente processo licitatório, que abrange a aquisição de equipamentos de computação, equipamentos de rede e conectividade, dispositivos de armazenamento e componentes internos, periféricos e dispositivos auxiliares, infraestrutura física de TIC, bem como softwares e licenças, têm por finalidade assegurar a observância dos princípios do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando a natureza do objeto, o impacto ambiental dos bens adquiridos, as condições de produção e fornecimento, bem como a adequada destinação dos resíduos tecnológicos eventualmente gerados.

4.7.1. Requisitos sociais:

4.7.1.1. Assegurar que todas as etapas do processo de fabricação, transporte e fornecimento dos bens estejam livres de qualquer forma de trabalho infantil, forçado ou em condições análogas à escravidão, em estrita conformidade com a legislação brasileira vigente, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943), o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940, art. 149) e a Lei nº 10.803/2003, que alterou o referido dispositivo penal para tipificar e agravar as penas relacionadas ao trabalho em condições degradantes ou análogas à escravidão;

4.7.1.2. Promover, sempre que possível, a aquisição de produtos de origem nacional e incentivar a cadeia produtiva local, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social regional; e

4.7.1.3. Garantir condições adequadas de trabalho e segurança aos profissionais envolvidos na produção e logística do fornecimento.

4.7.2. Requisitos Ambientais

4.8.2.1. Fornecer produtos novos, originais e de baixo impacto ambiental, observando critérios de eficiência energética, baixo consumo elétrico, durabilidade ampliada e redução de resíduos eletrônicos, conforme princípios do “TI Verde”;

4.8.2.2. Adotar embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, com volume mínimo necessário à proteção do equipamento durante transporte e armazenamento;

4.8.2.3. Garantir que os equipamentos não contenham substâncias tóxicas em desacordo com a Diretiva Europeia RoHS (Restriction of Hazardous Substances), especialmente chumbo (Pb), mercúrio (Hg), cádmio (Cd) e cromo hexavalente (Cr);

4.8.2.4. Cumprir, quando aplicável, as exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e do Decreto nº 7.404/2010, assegurando o correto descarte e logística reversa de resíduos e materiais inservíveis; e

4.8.2.5. Preferir fornecedores e fabricantes registrados no Cadastro Técnico Federal (CTF/IBAMA), conforme previsto na Instrução Normativa IBAMA nº 10/2013.

4.7.3. Requisitos Culturais

4.7.3.1. As especificações e manuais técnicos fornecidos com os equipamentos deverão estar disponíveis em língua portuguesa, de forma clara, acessível e compatível com o público técnico da Administração Pública;

4.7.3.2. O produto e sua documentação deverão respeitar os princípios de acessibilidade tecnológica, conforme preceitos da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), reduzindo barreiras tecnológicas e comunicacionais; e

4.7.3.3. O fornecimento deve estar em conformidade com os costumes locais e valores culturais da Administração Pública e da Operação Acolhida, respeitando os direitos humanos, a inclusão social e a ética nas relações comerciais.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.8. Os equipamentos a serem fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas nos termos da tabela constante em anexo, a este Termo de Referência, de modo a assegurar a plena compatibilidade com a estrutura já existente, prevenindo-se eventuais incompatibilidades entre os insumos a serem adquiridos e os sistemas, instalações ou recursos atualmente disponíveis na Administração;

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9. O presente tópico não se aplica à contratação em questão, uma vez que se trata de aquisição de materiais devidamente definidos e descritos. Eventuais atividades relacionadas à implantação, projetos, controles ou organização não integram o escopo da contratação, sendo realizadas pela própria Contratante, por meio de sua equipe técnica interna através do Pel TI;

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.10. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, deverá ser de no mínimo a quantidade de meses conforme notas constante nos termos da tabela em anexo, a este Termo de Referência, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

4.11. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante;

4.12. A eventual execução da garantia será realizada diretamente entre as partes, contratante e contratada, observando as condições pactuadas no contrato e a legislação aplicável;

4.13. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

4.14. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;

4.15. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias;

4.16. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.17. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.18. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.19. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos;

4.20. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos;

4.21. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado;

4.22. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual;

4.23. Somente será exigida a substituição dos materiais nas ocasiões especificadas abaixo:

4.23.1. Defeito aparente no momento da entrega:

a) Caso o produto seja entregue danificado, quebrado ou com avarias visíveis, a CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para realizar sua substituição.

4.23.2. Defeito por uso normal (vício oculto) dentro do prazo de garantia:

a) Se o material apresentar vício de funcionamento ou falha de desempenho dentro do prazo de garantia legal ou contratual, o fornecedor terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para realizar o recolhimento e a substituição do material.

4.23.3. Produto fora das condições estabelecidas durante o certame:

Requisitos de Experiência Profissional

4.24. Os serviços de manutenção dos materiais danificados, decorrentes do acionamento da garantia do produto, deverão ser executados por profissionais devidamente capacitados e certificados nos equipamentos em questão, utilizando-se de ferramentas, instrumentos e recursos técnicos adequados para a plena execução dos serviços, de modo a assegurar a integridade e o desempenho do bem reparado.

4.24.1. O acionamento da garantia e a consequente prestação dos serviços de manutenção deverão observar decisão técnica da CONTRATADA (devendo ser aceita pela CONTRATANTE), que avaliará a viabilidade da reparação do bem em relação à substituição do produto, optando pela alternativa tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa, desde que o dano não seja decorrente de uso indevido, má utilização ou erro exclusivo da CONTRATANTE, e que o bem ainda se encontre dentro do prazo de garantia contratual ou legal.

Requisitos de Formação da Equipe

4.25. Para a presente contratação, será exigida a comprovação de experiência técnica profissional da equipe responsável pela execução dos serviços, devendo os profissionais possuir formação técnica especializada na área de Tecnologia da Informação. Tal exigência justifica-se pela complexidade dos equipamentos e a necessidade de assegurar que a instalação, configuração e eventual manutenção em garantia sejam realizadas por pessoal capacitado, garantindo a integridade dos ativos e a continuidade operacional das atividades da Força Tarefa Logística Humanitária.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.26. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

4.27. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues;

4.28. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 06 horas por dia e 05 dias por semana de maneira eletrônica e 08 horas por dia e 05 dias por semana por via telefônica;

4.29. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.30. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos no item 4.8. deste Termo de Referência.

Sustentabilidade

4.31. Conforme orientação do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, "só será admitida a oferta de “descrever o bem de informática e/ou automação (Ex.: notebook, impressora, projetor, fragmentadora)” que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 304, de 2023 do INMETRO".

Indicação de marcas ou modelos:

4.32. Na presente contratação, admite-se a indicação das marcas e dos modelos dos itens, conforme detalhamento constante nos termos da tabela em anexo, a este Termo de Referência. Ressalta-se que a indicação de marcas tem por finalidade assegurar a padronização, a compatibilidade e o desempenho adequado dos equipamentos, podendo ser aceitos produtos com características técnicas e de desempenho equivalentes ou superiores, desde que comprovada tal equivalência, nos termos das justificativas técnicas apresentadas no Estudo Técnico Preliminar que fundamenta este Termo de Referência.

4.32.1. A exigência das especificações técnicas e de desempenho estabelecidas no Subitem 1.1 visa garantir a adequada satisfação da necessidade administrativa, em observância ao disposto no art. 41, §1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.33. Não haverá vedação quanto a marcas ou produtos específicos, sendo desconsideradas apenas as propostas que não atenderem às exigências constantes neste Termo de Referência.

Da exigência de carta de solidariedade

4.34. Para a presente contratação não será exigida do licitante/interessado a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante. Tal decisão fundamenta-se no fato de que essa exigência possui elevado potencial de restringir a competitividade do certame, devendo ser aplicada apenas em situações excepcionais e devidamente motivadas. Para o presente objeto, entende-se que as garantias contratuais e as especificações técnicas detalhadas são suficientes para assegurar a execução do contrato e a qualidade dos bens, sem a necessidade de impor barreiras que possam limitar a participação de revendedores e distribuidores capacitados."

Subcontratação

4.35. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da exigência de amostra

4.36. Não será necessária a apresentação de amostras para a presente aquisição, uma vez que os itens ofertados pelos licitantes poderão ser devidamente avaliados por meio de seus catálogos técnicos, fichas de especificações ou manuais oficiais, durante a fase de lances. A verificação de compatibilidade e conformidade com as especificações estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar com a proposta será realizada pela Administração no momento do recebimento definitivo do material, conforme disposto no instrumento contratual.

Garantia da contratação

4.37. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.38. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.38.1. Para a adequada formulação da proposta comercial, é indispensável que as licitantes considerem que os itens ofertados deverão seguir estritamente as especificações contidas nos termos da tabela constante em anexo, a este Termo de Referência;

4.38.2. Os equipamentos deverão apresentar padrões de qualidade, confiabilidade e durabilidade compatíveis com ambientes de uso contínuo e crítico, devendo ser novos, originais, de primeiro uso;

4.38.3. A contratada deverá garantir procedimentos adequados de armazenamento, transporte e acondicionamento, de modo a preservar a integridade física e o pleno funcionamento dos equipamentos até o momento da entrega; e

4.38.4. O dimensionamento inadequado ou a oferta de componentes tecnicamente incompatíveis poderá comprometer a montagem e o desempenho do servidor, resultando em atrasos, custos adicionais ou inviabilidade operacional, cabendo à contratada a responsabilidade por eventuais prejuízos decorrentes do fornecimento em desacordo com as especificações deste Termo de Referência.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.39. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública pode reservar até 25% do objeto licitado para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, quando o valor estimado do item ou lote superar R\$ 80.000,00. No presente caso, após análise técnica e estudo de mercado, verificou-se que a divisão do objeto em cotas não se mostra adequada, pois a fragmentação comprometeria a economicidade e a eficiência da contratação. A divisão em cotas reduziria a economia de escala, elevando o custo global da contratação, além de aumentar a complexidade administrativa pela pulverização da execução entre diferentes fornecedores, o que exigiria maior esforço de fiscalização e gestão contratual. O objeto licitado possui características que demandam uniformidade e padronização, sendo prejudicial a sua execução por múltiplos fornecedores, e a adoção de cotas poderia gerar risco de descontinuidade ou de variação na qualidade do fornecimento em razão da multiplicidade de contratados. Ademais, conforme dispõe o art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, não se aplica o tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte quando este não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Assim, a opção pela não reserva de cotas encontra-se devidamente fundamentada nos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, assegurando que a contratação atenda ao interesse público de forma mais vantajosa.

Margem de Preferência

4.40. Para a presente contratação optou-se pela não aplicação da margem de preferência, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e

5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4 definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e

5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

6.1. O gestor do contrato emitirá a nota de empenho para a entrega dos bens desejados;

6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB;

6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR;

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Condições de Entrega

6.4. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor, devendo a entrega ser realizada de forma unificada, em tiragem única;

6.5. Caso não seja possível realizar a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar, com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos, as respectivas razões, para que eventual pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior; e

6.6. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Capitão Ene Garcês, nº 1037, Bairro Mecejana, Boa Vista – RR, CEP 69304-000, na Base Militar em Boa Vista, Roraima – 6º Batalhão de Engenharia de Construção (Almoxarifado Central), de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, exceto aos sábados, domingos e feriados.

6.7. A CONTRATADA deverá entregar, juntamente com os equipamentos fornecidos, a documentação técnica correspondente, contendo, no mínimo:

6.7.1. Especificações completas de hardware, interfaces de conexão e requisitos de instalação;

6.7.2. Informações sobre mecanismos de segurança eventualmente incorporados aos equipamentos (quando disponíveis), tais como proteção de firmware, controle de acesso e recursos de prevenção contra alterações indevidas; e

6.7.3. Certificações de conformidade aplicáveis, tais como CE, FCC, RoHS, ou outras pertinentes ao tipo de equipamento fornecido.

Formas de transferência de conhecimento

6.8. Em razão das características do objeto, não será necessária a transferência de conhecimento.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.9. Em virtude das características do objeto, não se aplicam procedimentos de transição ou de finalização contratual.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.10. Cada Nota de Empenho especificará a quantidade de bens a ser fornecida, incluindo sua localização e prazo de entrega, conforme definido nos termos da tabela constante em anexo, ao Estudo Técnico Preliminar.

Mecanismos formais de comunicação

6.11. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

I) Ordem de Fornecimento de Bens, Nota de Empenho (NE);

II) Ata de Reunião;

III) Ofício;

IV) Sistema de abertura de chamados;

V) E-mails e Cartas;

Formas de Pagamento

6.12. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim; e

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato;

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante;

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.7.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual; e

7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

7.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato; e

7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.15. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; e

7.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.18. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.18.1. . coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

7.18.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

7.18.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

7.18.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

7.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

7.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração; e

7.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

CrITÉRIOS de Aceitação

7.20. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.21. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life);

7.22. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros

procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis;

7.23. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado;

7.24. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil;

7.25. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos;

7.26. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc;

7.27. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta;

7.28. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade; e

7.29. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.30. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.30.1. Equipamentos de computação (Computadores e processamento) - Itens enquadrados neste grupo: Microcomputador; Notebook; Notebook com Processador: 13ª geração Intel® Core™ i7-1355U; Servidor; e Processador: Intel® Core™ i7-14700;\

7.30.1.1. Inspeção documental

- a) Conferência da nota fiscal, marca, modelo e número de série;
- b) Verificação de conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência;
- c) Conferência de certificados, manuais e termos de garantia do fabricante.

7.30.1.2. Inspeção física

- a) Verificação de integridade da embalagem original;
- b) Inspeção visual para identificação de avarias, danos físicos ou sinais de uso;
- c) Conferência de acessórios, cabos e componentes fornecidos.

7.30.1.3. Testes funcionais

- a) Ligamento do equipamento e verificação do correto funcionamento;
- b) Acesso à BIOS/UEFI para conferência de processador, memória e armazenamento;
- c) Inicialização do sistema operacional (quando aplicável);
- d) Execução de testes básicos de desempenho e estabilidade, conforme perfil do equipamento.

7.30.2. Equipamentos de rede e conectividade - Itens enquadrados neste grupo: Switch gerenciável (todos os modelos); Firewall Compliance; Storage de rede; Storage compacto; Conversor de mídia; Conversor de mídia WDM monomodo; Módulo mini transceptor SFP Gigabit (1 Gbps); Transceptor SFP Gigabit; Placa de rede Mini PCI-E 10/100/1000; Placa de rede PCIe x4; e adaptador de rede externo (USB → Ethernet).

7.30.2.1. Inspeção documental

- a) Conferência da nota fiscal e correspondência com o item licitado;
- b) Verificação de compatibilidade técnica com padrões Ethernet, fibra óptica ou interfaces descritas;
- c) Conferência de licenças embarcadas ou funcionalidades de gerenciamento (quando aplicável).

7.30.2.2. Inspeção física

- a) Inspeção visual dos conectores, portas e módulos;
- b) Verificação de integridade de lacres e etiquetas do fabricante.

7.30.2.3. Testes funcionais

- a) Energização do equipamento (quando aplicável);
- b) Detecção do dispositivo em ambiente de rede ou equipamento compatível;
- c) Verificação de link ativo, velocidade negociada e estabilidade;
- d) Teste básico de comunicação de dados (ping, acesso à interface de gerenciamento ou logs).

7.30.3. Equipamentos de armazenamento e componentes internos - Itens enquadrados neste grupo: HDD NAS para storage de rede 8TB; HDD de 4 TB SATA para vigilância CFTV; HD para servidores/data centers; HD (Disco rígido); SSD 480 GB; Módulo de memória tipo DDR3 SDRAM; Módulo de memória tipo DDR4 SDRAM; Baia Caddy; e Baia Caddy para servidor rack 2U:

7.30.3.1. Inspeção documental

- a) Conferência de capacidade, tipo, interface e velocidade;
- b) Verificação de compatibilidade com os equipamentos-alvo.

7.30.3.2. Inspeção física

- a) Verificação de integridade física e ausência de danos;
- b) Conferência de etiquetas e códigos do fabricante.

7.30.3.3. Testes funcionais

- a) Instalação em equipamento compatível ou bancada de testes;
- b) Reconhecimento pelo sistema (BIOS, sistema operacional ou controlador);
- c) Teste básico de leitura e escrita (quando aplicável);
- d) Verificação de estabilidade e ausência de falhas iniciais.

7.30.4. Equipamentos periféricos e dispositivos auxiliares - Itens enquadrados neste grupo: Monitor 1920 × 1080 (Full HD); Leitor de Código de Barras; Scanner de mesa; Rotulador eletrônico portátil; e Fonte de alimentação para PC:

7.30.4.1. Inspeção documental

- a) Conferência de especificações técnicas e compatibilidade;
- b) Verificação de garantia e manuais.

7.30.4.2. Inspeção física

- a) Inspeção visual quanto a danos, riscos ou defeitos aparentes;
- b) Conferência de cabos, fontes e acessórios.

7.30.4.3. Testes funcionais

- a) Ligação e funcionamento básico do equipamento;
- b) Teste de exibição (monitor), leitura (scanner/leitor) ou impressão (rotulador);
- c) Verificação de estabilidade durante uso inicial.

7.30.5. Infraestrutura física e organização de rede - Itens enquadrados neste grupo: Mini Rack desmontável de parede:

7.30.5.1. Inspeção documental

- a) Conferência das dimensões, capacidade e padrão do rack;
- b) Verificação de compatibilidade com equipamentos de rede.

7.30.5.2. Inspeção física

- a) Conferência de estrutura, fixações e acabamento;
- b) Verificação da presença de todos os componentes e parafusos.

7.30.5.3. Avaliação funcional

- a) Montagem para verificação de encaixes;
- b) Avaliação da estabilidade e capacidade de suporte.

7.30.6. Software e licenças - Itens enquadrados neste grupo: Microsoft Office Home and Business 2024 Mac e Windows; Licença Vitalícia Windows 11 Pro ESD 32/64 Bits; Licença Adobe Creative Cloud 2024; e Sistema SISDEA para Engenharia:

7.30.6.1. Inspeção documental

- a) Conferência das chaves de licença, termos de uso e validade;
- b) Verificação de conformidade com o quantitativo contratado.

7.30.6.2. Testes de ativação

- a) Instalação ou ativação em ambiente de testes;
- b) Verificação de autenticação junto ao fabricante;
- c) Confirmação de pleno funcionamento das funcionalidades licenciadas.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.31. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE - INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens	
Meta a cumprir	IAE ≤ 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
Forma de Acompanhamento	A avaliação será conforme linha de base do cronograma registrada na OFB. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em TRP pela data de início de execução da OFB	
Periodicidade	Para cada OFB encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo	
	IAE = TEX – TEST	
	Onde:	

Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>
Observações	<p>OBS.1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>OBS.2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OFB.
Faixas de reajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>Menor ou igual a 0 - Pagamento integral da OFB;</p> <p>De 1 a 90 - Aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração de atraso;</p> <p>Acima de 60 - Aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.</p>

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do objeto, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 12 (doze) horas úteis.	Multa de 3 (três) % sobre o valor total da nota de empenho por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5 (cinco) dias úteis.
		Após o limite de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á multa de 10 (dez) % do valor total da OFB
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	Glosa de 5 (cinco) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.
		Glosa de 10 (dez) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.
		Glosa de 15 (quinze) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.
		Glosa de 20 (vinte) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00
		Multa de 40 (quarenta) % sobre o valor do OS, para valores do indicador IAE maiores que 1,00.
	Não cumprir qualquer outra obrigação presente nesse termo de referência ou em outros documentos da contratação e no	Advertência.

instrumento substitutivo de contrato não citada nesta tabela.	Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 20 (vinte) % do valor total da OS.
---	---

8.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

- 8.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- 8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.4.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.4.4. Multa:

- a) Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- b) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- c) Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 4% (quatro por cento) do valor da contratação;
- d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 8% (oito por cento) a 16% (dezesesseis por cento) do valor da contratação;

e) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 12% (doze por cento) do valor da contratação;

f) Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação; e

g) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 4% (quatro por cento) do valor da contratação.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

8.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

8.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021; e

8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis;

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato; e

9.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

9.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

9.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.12.1. o prazo de validade;

9.12.2. a data da emissão;

9.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.12.5. o valor a pagar; e

9.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante;

9.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

9.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa; e

9.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022; e

9.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

9.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado;

9.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

9.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

9.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente; e

9.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

9.27. Não será admitida a antecipação de pagamento na presente contratação.

Cessão de Crédito

9.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo;

9.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020;

9.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração; e

9.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

9.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/02/2026;

9.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

9.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

9.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

9.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

9.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

9.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo; e

9.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio de da realização de procedimento de licitação, na modalidade de PREGÃO, sob a modalidade ELETRÔNICA, adotando o modo de compra de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS e com adoção do critério de julgamento da proposta pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será de sob demanda respeitando as quantidades solicitadas na Ordem de Fornecimento de Bens.

Critérios de aceitabilidade de preços

10.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

10.3.1. Valores unitários: conforme os termos da tabela constante em anexo, a este Termo de Referência.

Exigências de habilitação

10.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

10.13. Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021, mediante apresentação de compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, contendo:

10.13.1. designação, composição e finalidade do consórcio;

10.13.2. prazo de duração, que deve coincidir, no mínimo, com a vigência contratual;

10.13.3. endereço do consórcio e indicação do foro competente para dirimir demandas entre os consorciados;

- 10.13.4. definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira de cada um em relação ao objeto licitado;
 - 10.13.5. previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados no consórcio, tanto na licitação quanto na execução contratual, abrangendo encargos fiscais, trabalhistas e administrativos;
 - 10.13.6. indicação da empresa líder e de seu representante legal, com poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar os demais atos necessários à licitação e execução do objeto;
 - 10.13.7. compromisso de que a composição do consórcio não será modificada sem a prévia e expressa anuência da Prefeitura de Maravilhas até o recebimento definitivo do objeto, observado o prazo de duração definido no item 10.13.2; e,
- 10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei; e
- 10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

10.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente;

10.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

10.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

10.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

10.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.32.1.1. Fornecimento de itens de tecnologia da informação em conformidade com as especificações técnicas e em quantidade igual ou superior à demandada nesta contratação.

10.32.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

10.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

10.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre;

- 10.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;
- 10.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;
- 10.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz; e
- 10.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 2.266.407,60 (dois milhões duzentos e sessenta e seis mil quatrocentos e sete reais e sessenta centavos)**, conforme os termos e condições e exigências estabelecidas na tabela em anexo, a este Termo de Referência;
- 11.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 11.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 11.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 11.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
 - 11.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União; e
- 12.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.
- Boa Vista - RR, na data de assinatura.

Autoridade Máxima da Área de TIC

XERXES SLAGHENAUF

Chefe do Pelotão de Tecnologia de Informação

Operação Acolhida

14. Anexo I (OFB)



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL

ORDEN DE FORNECIMENTO DE BENS – OFB Nº _____/_____

Processo nº: _____ Licitação nº: _____

Ata de Registro de Preços nº: _____/_____ Contrato nº: _____

Data de emissão: ____/____/____

DADOS DA CONTRATANTE

Órgão/Unidade: _____

Endereço: _____

Município/UF: _____

CNPJ: _____

DADOS DA CONTRATADA

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone: _____
E-mail: _____

OBJETO DO FORNECIMENTO

Fornecimento de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), componentes de infraestrutura de rede, acessórios de hardware e licenças de software, conforme especificações constantes no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

ITENS SOLICITADOS					
Item	Descrição	Unid.	Qdade	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$
Valor total da OFB:					R\$

LOCAL DE ENTREGA

Local: Base Ayrton Sena
Endereço: Rua Floriano Peixoto, 221, centro
CEP: 69301-320
Município/UF: Boa Vista - RR

PRAZO DE ENTREGA

A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de ____ (____) dias corridos, contados a partir do recebimento desta Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) pela contratada.

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

Servidor responsável: _____
Cargo/Função: _____
Telefone: _____

OBSERVAÇÕES

ASSINATURAS

Pela Administração:
Data: ____ / ____ / ____

Assinatura
Nome: _____
Cargo: _____

Pela Contratada:
Data: ____ / ____ / ____

Assinatura

Nome: _____

Cargo: _____

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE LUIZ FRANCO DE SOUZA FILHO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 15:07:04.

EVERTON KARNOPP RAATZ

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 01/05/2026 às 16:19:29.

THIAGO MARTINS DOS SANTOS

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 10:43:34.



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL
Anexo A – Relação de Itens

Tabela I								
Item	Descrição	CatMat/ CatServ	Unidade	Quantidade			R\$ Und	R\$ Total
				Mín	Máx	Qtd Total		
1	Microcomputador	630955	Unidade	40	100	140	R\$ 7.237,25	R\$ 1.013.215,00
2	Notebook	630376	Unidade	3	13	16	R\$ 6.221,14	R\$ 99.538,24
3	Servidor	622412	Unidade	1	2	2	R\$ 200.430,33	R\$ 400.860,66
4	Firewall Compliance	618353	Unidade	1	2	2	R\$ 65.626,63	R\$ 131.253,26
5	Leitor de Código de Barras	612559	Unidade	6	14	20	R\$ 544,05	R\$ 10.881,00
6	Mini Rack Desmontável de Parede	320047	Unidade	1	2	2	R\$ 1.077,80	R\$ 2.155,60
7	Rotulador eletrônico portátil	628185	Unidade	1	2	2	R\$ 456,66	R\$ 913,32
8	Scanner de mesa	629413	Unidade	1	3	3	R\$ 2.683,82	R\$ 8.051,46
9	Storage de rede	469726	Unidade	1	2	2	R\$ 25.428,75	R\$ 50.857,50
10	Storage compacto	469726	Unidade	1	2	2	R\$ 15.754,75	R\$ 31.509,50
11	Switch gerenciável	626880	Unidade	6	14	20	R\$ 2.229,28	R\$ 44.585,60
12	Switch gerenciável	626906	Unidade	4	14	20	R\$ 4.753,23	R\$ 95.064,60
13	Switch gerenciável	623884	Unidade	10	20	30	R\$ 1.135,34	R\$ 34.060,20
14	Monitor 1920 × 1080 (Full HD)	629555	Unidade	3	7	10	R\$ 1.224,10	R\$ 12.241,00
15	HDD NAS para storage de rede 8TB	452505	Unidade	4	10	14	R\$ 2.135,00	R\$ 29.890,00
16	HDD de 4 TB SATA para vigilância CFTV	613717	Unidade	4	11	15	R\$ 1.121,41	R\$ 16.821,15
17	Módulo de memória tipo DDR3 SDRAM	448629	Unidade	3	7	10	R\$ 239,83	R\$ 2.398,30
18	Módulo de memória tipo DDR4 SDRAM	604331	Unidade	21	49	70	R\$ 442,82	R\$ 30.997,40
19	Módulo mini transceptor SFP Gigabit (1 Gbps)	486617	Unidade	4	11	15	R\$ 445,73	R\$ 6.685,95
20	Placa de rede Mini PCI-E 10/100/1000	486665	Unidade	12	28	40	R\$ 80,63	R\$ 3.225,20
21	Placa de rede PCIe x4	474227	Unidade	2	4	6	R\$ 1.392,92	R\$ 8.357,52
22	Placa de vídeo offboard	619314	Unidade	1	4	5	R\$ 217,71	R\$ 1.088,55
23	SSD 480 GB	627101	Unidade	30	70	100	R\$ 835,79	R\$ 83.579,00

24	Transceptor SFP Gigabit	605413	Unidade	1	4	5	R\$ 199,62	R\$ 998,10
25	Fonte de alimentação para PC	617030	Unidade	15	35	50	R\$ 243,67	R\$ 12.183,50
26	Conversor de mídia	396969	Unidade	6	14	20	R\$ 206,18	R\$ 4.123,60
27	Conversor de mídia WDM monomodo	400489	Unidade	6	14	20	R\$ 416,38	R\$ 8.327,60
28	Microsoft Office Home and Business 2024 Mac e Windows	27472	Unidade	4	11	15	R\$ 1.490,00	R\$ 22.350,00
29	Licença Vitalicia Windows 11 Pro ESD 32/64 Bits	27472	Unidade	3	7	10	R\$ 263,64	R\$ 2.636,40
30	Sistema SISDEA para Engenharia	27472	Unidade	1	2	2	R\$ 1.774,00	R\$ 3.548,00
31	Licença Adobe Creative Cloud 2024	27472	Unidade	1	2	2	R\$ 5.122,10	R\$ 10.244,20
32	Adaptador de rede externo (USB → Ethernet)	470246	Unidade	7	18	25	R\$ 193,11	R\$ 4.827,75
33	Rastreador Satelital	464775	Unidade	3	9	12	R\$ 1.113,10	R\$ 13.357,20
Total (A)							R\$ 2.200.826,36	

GRUPO 1								
<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>CatMat/ CatServ</u>	<u>Unidade</u>	<u>Quantidade</u>			<u>R\$ Und</u>	<u>R\$ Total</u>
				<u>Mín</u>	<u>Máx</u>	<u>Qtd</u>		
34	Baia Caddy para servidor rack 2U	399599	Unidade	2	6	8	R\$ 307,86	R\$ 2.462,88
35	HD (Disco rígido)	610791	Unidade	3	7	10	R\$ 3.290,67	R\$ 32.906,70
Total (B)							R\$ 35.369,58	

GRUPO 2								
<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>CatMat/ CatServ</u>	<u>Unidade</u>	<u>Quantidade</u>			<u>R\$ Und</u>	<u>R\$ Total</u>
				<u>Mín</u>	<u>Máx</u>	<u>Qtd</u>		
36	HD para servidores/data centers	469491	Unidade	3	7	10	R\$ 2.970,79	R\$ 29.707,90
37	Baia Caddy	399599	Unidade	1	3	4	R\$ 125,94	R\$ 503,76
Total ©							R\$ 30.211,66	

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO								
Total (A) + Total (B) + Total (C)							R\$ 2.266.407,60	



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA
EMERGENCIAL

Anexo B – Especificações mínimas aceitáveis

Item	Descrição	Legislação	Nota	Unidade	Padrão de Qualidade igual ou superior a
01	Microcomputador com as seguintes características mínimas: Processador: Intel® Core™ i7 14700 (20-Core, Cache de 33MB, 2.1GHz até 5.4 GHz) Memória: 16GB DDR5 (1x16GB) 5600 MT/s; Expansível até 64GB Armazenamento: SSD de 512GB PCIe NVMe M.2 Placa de vídeo: Intel® UHD Graphics 770 Monitor: Mínimo de 23", tecnologia IPS, de fabricação nacional. Vídeo: Display Port™ 1.4a / HDMI 2.1 Periféricos: Teclado e mouse Dell - KM3322W - Português (Brasil). Software: Windows 11 Pro (Windows 11, x86, Inglês, Francês, Espanhol, Português Brasileiro) Rede: Porta Ethernet RJ45 (1 Gbit/s)	ABNT NBR IEC 60950-1 ou ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos de tecnologia da informação; Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE / INMETRO.	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	Referência: Desktop Dell Slim, Modelo: ECS1250 com monitor de 23".
02	Notebook com processador similar ou superior: Intel® Core™ i7-1355U de 13ª geração, sistema operacional Windows 11 Pro, armazenamento 1TB SSD, memória 16 GB RAM DDR4, gráfico Intel® UHD (integrado), tela mínimo 15,6 polegadas Full HD (1920 × 1080), com conexão para redes e Wi-Fi e conexões com fio Ethernet RJ45, voltagem 100–240 Volts AC (bivolt), bateria de 4 células e 54Wh (integrada).	ABNT NBR IEC 60950-1 ou ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos de tecnologia da informação; Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE / INMETRO	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	Modelo de referência paracomparação de requisitos mínimos: Notebook Dell Inspiron I15-i1300-A80P
03	Servidor com as seguintes características mínimas 02 (dois) processadores similares ou superiores a Intel Xeon Silver 4509Y, 2.6G, DDR5-4400 04 (quatro) unidades de memória RDIMM de 64 GB, 5600 Mt/s, Dual Rank. 02 (dois) unidades de armazenamento de 3.84 TB SSD SAS, 24 Gbps, 512e, 2.5", Hot-plug Chassi de 2.5" com 10× slots para discos SAS/SATA 2.5" hot-plug Interface de rede de 04 (quatro) portas de 1 GbE, adaptador de BASE-T RAID 1 em hardware para 02 discos Fonte dupla, hot plug, de alimentação	ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos de tecnologia da informação; ABNT NBR 14565 - Cabeamento estruturado e interoperabilidade em ambientes de TI; Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE / INMETRO	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	Referência: Servidor Dell PowerEdge R660

	<p>redundante, 800W</p> <p>Tampa frontal com chave</p> <p>Porta para gerenciamento/configuração (tipo IDRAC)</p> <p>Padrão 19" para fixação em rack</p> <p>Ferragem para fixação em rack 19"</p> <p>Garantia mínima de 03 anos.</p>				
04	<p>Firewall Compliance com Throughput (1518/512/64 byte UDP): 27 / 27 / 11 Gbps</p> <p>IPsec VPN Throughput (512 byte): 13 Gbps</p> <p>Segurança avançada (IPS/NGFW/Threat Protection): até 5 / 3.5 / 3 Gbps</p> <p>Concurrent Sessions: 3 milhões</p> <p>SSL VPN Throughput: 1.8 Gbps</p> <p>SSL VPN Users (máx. recomendados): 500</p> <p>Max FortiAPs (Total / Tunnel): 256 / 128</p> <p>Max FortiSwitches: 64</p> <p>Max FortiTokens: 5,000</p> <p>Interfaces: 12x GE RJ45</p> <p>4x GE SFP</p> <p>2x 10GE SFP+</p> <p>Fonte:AC interna</p>	<p>ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Controles de segurança da informação;</p> <p>ABNT NBR ISO/IEC 27033 - Segurança em redes de comunicação;</p> <p>Resolução Anatel nº 715/2019 - Obrigatória para equipamentos de comunicação.</p>	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	Modelo para referência: FortiGate FG-200F
05	<p>Leitor de Código de Barras: 1D/2D/QR Code, Sensor Laser com Suporte para leitura sem as mãos, Manual ou Automático.</p> <p>Tecnologia de conectividade: Cabo USB. Dispositivos compatíveis: Computador, Smartphone, Tablet.</p>	<p>ABNT NBR IEC 62368-1- Segurança de equipamentos de TIC;</p> <p>IEC 60825-1 (ou norma equivalente) - Classificação e segurança de produtos com emissão laser;</p> <p>NR-10 - Segurança em equipamentos elétricos</p>	Garantia de 12 (doze) meses	Unidade	Modelo de referência: Elgin BR-520.
06	<p>Mini Rack Desmontável de Parede 5U 570 mm (modelo MRD 557);</p> <p>Dimensões externas: 550 × 288,5 × 570 mm (L × A × P)</p> <p>Rack de parede 19" formato 5U, profundidade 570 mm;</p> <p>Estrutura em aço SAE 1008 de alta resistência;</p> <p>Porta frontal com acrílico + fechadura com chave — com abertura reversível (direita ou esquerda);</p> <p>Estrutura desmontável, com parafusos e peças padronizadas para fácil montagem / instalação;</p> <p>Pintura epóxi eletrostática na cor preta (acabamento fosco) — acabamento resistente à corrosão e durabilidade reforçada;</p> <p>Aberturas destacáveis para passagem de cabeamento (topo ou base), permitindo organização dos cabos de forma limpa;</p> <p>Compatível com equipamentos padrão 19", ideal para switches, patch-panels, ONUs/OLTs, roteadores, pequenos servidores, sistemas de telecom ou</p>	<p>IEC 60297 / DIN 41494 - Dimensões e compatibilidade de racks padrão 19";</p> <p>ABNT NBR 7007 / SAE 1008 - Qualidade e resistência do aço utilizado;</p> <p>NR-10 - Segurança em equipamentos elétricos.</p>	Garantia de 24 (vinte e quatro) meses	Unidade	Modelo de Referência: Intelbras Mini Rack Desmontável de parede 5U 570mm

	<p>CFTV; Distância entre os perfis de fixação (mínimo–máximo): ~ 292 mm a 380 mm — compatível com padrão 19” e normas de rack (IEC 60297 / DIN 41494); Peso aproximado: ~ 10,7 kg (estrutura vazia)</p>				
07	<p>Rotulador eletrônico portátil profissional com teclado QWERTY e 200 símbolos incorporados, ideal para identificação de cabos, CFTV, espelhos de tomadas e diversas instalações elétricas. Utiliza fitas TZe nos tamanhos 3,5 / 5 / 6 / 9 / 12 mm e permite imprimir etiquetas do tipo: marcador de cabo (envolvente), marcador de cabo (bandeiriola), placa frontal e identificação geral. Compatível com fitas laminadas de alta durabilidade, incluindo opções como padrão, não laminada, ID flexível, adesivo extraforte, têxtil termocolante e livre de ácido. Conta com impressão rápida de 20 mm/s, resolução de 180 dpi e funções dedicadas para numeração sequencial e pré-visualização real no display gráfico. Deve acompanhar cartuchos de fita TZe sobressalentes.</p>	<p>ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos eletroeletrônicos;</p> <p>ABNT NBR 14565 - Organização e identificação de cabeamento estruturado.</p>	Garantia de 12 (doze) meses	Unidade	Modelo para referência e comparação: Brother PT-E110.
08	<p>Scanner de mesa com conexão USB 3.0, digitalização simplex de 40 ppm e duplex de até 80 ipm, equipado com sensor CIS duplo e ADF de 60 folhas. Possui resolução óptica de 600 × 600 dpi (até 1200 × 1200 dpi interpolada) e suporta PDF, TIFF, JPEG, Word, Excel e PowerPoint. Compatível com Windows, macOS e Linux, além de digitalização para PC, SharePoint, pendrive e nuvem (Google Drive, OneDrive, Dropbox). Inclui recursos avançados como realinhamento automático, detecção de tamanho, remoção de fundo e ignorar página em branco.</p>	<p>ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos eletroeletrônicos;</p> <p>Normas INMETRO / IEC CISPR 32 - Emissões e imunidade eletromagnética.</p>	Garantia de 12 (doze) meses	Unidade	Modelo de referência: Brother ADS-3100.
09	<p>Storage de rede de pequeno porte, deve suportar uso ininterrupto (24/7), possuir interface de rede tipo RJ45; ser bivolt com chaveamento automático, 8 baías (6 HDD e 2 SSD), que suporta RAID e expansão futura. Possui processador Intel Atom de 8 núcleos a 2,8 GHz com criptografia AES-NI e 8 GB de memória DDR4 ECC, expansível até 128 GB. Conta com conectividade de alta velocidade, incluindo 2 portas 2,5 GbE e 1 porta 10 GbE, além de 3 portas USB 3.2 para expansão ou backup externo. O NAS inclui funcionalidades de segurança, como firewall, VPN, criptografia de dados e antivírus nativo, e foi projetado para operação contínua 24/7, sendo compatível com Windows, Linux e macOS. Quanto aos sistemas de arquivos, suporta EXT4 internamente, e para discos externos EXT3, EXT4, NTFS, FAT32, HFS+ e exFAT.</p>	<p>ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Controles de segurança da informação;</p> <p>ABNT NBR ISO/IEC 27033 - Proteção de redes e comunicações;</p> <p>ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos de TIC.</p>	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	Modelo de referência: QNAP TS-855X 8-Bay Hybrid NAS.

10	Storage compacto e versátil, com 4 baías hot-swappable para HDD/SSD, processador Intel Celeron quad-core, memória DDR4 (até 16 GB), e duas portas de rede de 2,5 GbE. Ele suporta RAID, múltiplos protocolos de rede (SMB/NFS/iSCSI etc.), armazenamento expansível, e é compatível com Windows, Linux e macOS. Ideal para empresas de pequeno ou médio porte que precisam de armazenamento centralizado, backup compartilhado e acesso simultâneo a dados com bom desempenho.	<p>ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Controles de segurança da informação;</p> <p>ABNT NBR ISO/IEC 27033 - Proteção de redes e comunicações;</p> <p>ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos de TIC.</p>	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	Modelo de referência: Asustor AS6704T 4-Bay NAS
11	Switch gerenciável L2+ com recursos L3 de 24 portas Gigabit RJ45 com 4 slots SFP+ de 10 Gbps, oferecendo capacidade de comutação de 128 Gbps e taxa de encaminhamento de 95,23 Mpps, opera em chassi metálico padrão rack 1U, com design fanless para funcionamento silencioso e consumo máximo em torno de 23,6 W, suporta recursos avançados de camada L2+ como VLAN 802.1Q, ACL, QoS de camada 2 a 4, IGMP snooping e ERPS para redundância, possui também roteamento estático IPv4/IPv6 integrado, em segurança conta com IP-MAC-Port Binding, DHCP snooping, 802.1X com RADIUS, listas de controle de acesso e proteção contra ataques DoS, deve suportar gerenciamento centralizado SDN e com acesso à nuvem.	<p>ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Controles de segurança da informação;</p> <p>ABNT NBR ISO/IEC 27033 - Proteção de redes e comunicações;</p> <p>ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos de TIC.</p> <p>ABNT NBR 14565 - Cabeamento estruturado e interoperabilidade</p>	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	Modelo para referência: TP-Link Tlsg3428X.
12	Switch gerenciável L3 24 portas Layer 2/3, sendo 24 portas tipo RJ-45 Gigabit com suporte a PoE/PoE+ e 4 portas SFP+ 10 Gbps para uplink, portas RJ-45 devem trafegar velocidade 10/100/1000 Mbps com autonegociação e auto MDI/MDIX, deve aceitar os seguintes padrões e protocolos: IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3ad, IEEE 802.3x, IEEE 802.1d, IEEE 802.1s, IEEE 802.1w, IEEE 802.1q, IEEE 802.1p, IEEE 802.1x; aceitar cabeamento dos seguintes tipos: 10Base-T: UTP categoria 3, 4, 5 com comprimento máximo de 100 m; 100Base-TX/1000Base-T: UTP categoria 5, 5e ou superior com comprimento máximo de 100 m. Suportar faixa de tensão de alimentação de 100–240 VAC, frequência 50–60 Hz, capacidade total de comutação mínima compatível com redes de médio/grande porte, taxa de envio de pacotes alta para tráfego intenso, aceitar criação de VLAN, possuir controles de acesso por IP, MAC, tempo, protocolo e TCP flag, aceitar configuração de jumbo frame, configuração de QoS, usar método store-and-forward, permitir habilitação	<p>ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Controles de segurança da informação;</p> <p>ABNT NBR ISO/IEC 27033 - Proteção de redes e comunicações;</p> <p>ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos de TIC.</p> <p>ABNT NBR 14565 - Cabeamento estruturado e interoperabilidade</p>	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	Modelo de referência: Intelbras S3328G-B

	de protocolos STP/RSTP/MSTP por porta, possuir loopback detection, flow control 802.3x, port mirroring, CPU mirroring, possuir DHCP server e DHCP relay, suporte a PoE/PoE+ com budget total mínimo compatível com 24 dispositivos PoE, possuir certificações mínimas: FCC, CE, RoHS, Anatel, deve acompanhar tomada padrão brasileiro NBR 14136:2002.				
13	Switch gerenciável “smart” 08 portas Layer 2, sendo 4 portas tipo RJ-45 PoE+ e 4 portas RJ-45 padrão, portas devem trafegar velocidade 10/100/1000 Mbps com autonegociação, deve aceitar os seguintes padrões e protocolos: IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3ad, IEEE 802.3x, IEEE 802.1d, IEEE 802.1s, IEEE 802.1w, IEEE 802.1q, IEEE 802.1p, IEEE 802.1x, aceitar cabeamento dos seguintes tipos: 10Base-T: UTP categoria 3, 4, 5 com comprimento máximo de 100 m; 100Base-TX/1000Base-T: UTP categoria 5, 5e ou superior com comprimento máximo de 100 m. Suportar faixa de tensão de alimentação de 100-240 VAC, frequência 50-60 Hz, capacidade total de comutação mínima de 16 Gbps, taxa mínima de envio de pacotes de 11 Mpps, aceitar criação de VLAN, possuir controles de acesso por IP, MAC, tempo, protocolo e TCP flag, aceitar configuração de jumbo frame, configuração de QoS, usar método store-and-forward, permitir habilitação de protocolo STP (Spanning Tree) por porta, possuir loopback detection, flow control 802.3x, port mirroring, CPU mirroring, possuir DHCP server e DHCP relay, suporte a PoE+ com budget total mínimo de 62 W, possuir certificações mínimas: FCC, CE, RoHS, Anatel, deve acompanhar tomada padrão brasileiro NBR 14136:2002.	<p>ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Controles de segurança da informação;</p> <p>ABNT NBR ISO/IEC 27033 - Proteção de redes e comunicações;</p> <p>ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos de TIC.</p> <p>ABNT NBR 14565 - Cabeamento estruturado e interoperabilidade</p>	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	Modelo de referência: switch TP-Link TL-SG2008P.
14	Monitor 1920 × 1080 (Full HD), tela de 27 polegadas, painel IPS, proporção 16:9, profundidade de cor de 16,7 milhões de cores. Oferece entrada HDMI e Display Port, alimentação via 100-240 V e consumo típico baixo (22 W — modo eficiente de energia). Possui suporte de montagem VESA 100 × 100 mm, base com ajuste de inclinação, tempo de resposta de 1 ms (GtG) e taxa de atualização de até 180 Hz, compatibilidade com tecnologias de sincronização adaptativa (AMD FreeSync / NVIDIA G-SYNC) e recursos extras como modo leitor, Flicker-Safe e redução de desfoque de movimento.	<p>ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos eletroeletrônicos;</p> <p>Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE / INMETRO - Obrigatório para monitores comercializados no Brasil.</p>	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	Modelo exemplo: Monitor LG UltraGear 27GS60F-B.
15	HDD NAS para storage de rede 8TB, deve possuir formato 3,5”, interface tipo SATA III de 6 Gb/s com rotação de	ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	Modelo de referência para comparação de requisitos mínimos:

	7200 RPM, cache mínimo de 256 MB, tecnologia CMR, velocidade de transferência mínima de 200 MB/s, tecnologia que monitora a saúde do disco, deve suportar uso em RAID e ser otimizado para utilização em servidores de elevado acesso e storages de rede.	equipamentos eletroeletrônicos; ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Controles de segurança da informação;			marca Seagate, linha IronWolf, modelo ST8000VN0022.
16	HDD de 4 TB SATA para vigilância CFTV, deve possuir formato 3,5", uso 24/7, comunicação SATA 6.0 Gb/s, velocidade de rotação 5400 RPM, suporte para até 64 câmeras, memória de cache 256 MB, tecnologia IntelliSeek que reduz vibrações e ruídos durante o uso, tecnologia AllFrame que diminui a perda de quadros da imagem e melhora a reprodução geral do vídeo, peso bruto 457 g, dimensões da embalagem 10,3 × 2,6 × 14,7 cm.	ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos eletroeletrônicos; ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Controles de segurança da informação;	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	Modelo de referência para comparação de requisitos mínimos: marca Western Digital, WD Purple, modelo WD43PURZ.
17	Módulo de memória tipo DDR3 SDRAM com 240 pinos, aplicação em microcomputadores desktop, capacidade de memória 8 GB, frequência mínima de 1333 MHz e máxima de 1600 MHz.	ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos eletroeletrônicos; JEDEC JESD79-3 (DDR3 SDRAM) - Padronização técnica do módulo DDR3;	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	Modelo de referência para comparação de requisitos mínimos: marca Kingston, modelo KVR1333D3N9/8G.
18	Módulo de memória tipo DDR4 SDRAM com 288 pinos, aplicação em microcomputadores desktop, capacidade de memória 8 GB, frequência de 2400 MHz, velocidade de 19200 MB/s.	ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos eletroeletrônicos; JEDEC JESD79-3 (DDR3 SDRAM) - Padronização técnica do módulo DDR3;	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	Modelo de referência para comparação de requisitos mínimos: marca Kingston, modelo KVR24N17S8/8.
19	Módulo mini transceptor SFP Gigabit (1 Gbps) para fibra monomodo, com alcance de até 10 km, conector LC duplex, hot-pluggable e compatível com padrões SFP MSA. Possui DDM/DOM para monitoramento de potência, temperatura e tensão, garantindo confiabilidade e manutenção preventiva. Ideal para conectar switches, servidores ou links de backbone entre prédios ou data centers, substituindo cabos de cobre em distâncias maiores. Marca confiável, amplamente usada em redes corporativas.	ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Confiabilidade e integridade da transmissão; IEC CISPR 32 / INMETRO - Emissões eletromagnéticas; ABNT NBR 14565 - Cabeamento estruturado e interoperabilidade.	Garantia de 24 (vinte e quatro) meses	Unidade	Modelo de referência: Finisar 1000BASE-LX SFP 1310nm 10km LC Duplex SMF, IND Temp, FTLF1318P3BTL, transceptor óptico.
20	Placa de rede Mini PCI-E 10/100/1000, chipset Realtek RTL8111C, interface PCI-E 1.1 x1, x4, x8 ou x16, porta RJ45 10/100/1000 Mbps, indicador LED Link/ACT, protocolos IEEE 802.3 para 10BASE-T, IEEE 802.3u para 100BASE-TX, IEEE 802.3ab para	Certificação Anatel - Exigida para interfaces de rede Ethernet; EC CISPR 32 / INMETRO -	Garantia de 24 (vinte e quatro) meses	Unidade	Modelo de referência para comparação de requisitos mínimos: Gigabit 10/100/1000 Knup KP-T90.

	1000BASE-T, suporta IEEE 802.1P Layer 2 Priority Encoding, suporta IEEE 802.1Q VLAN tagging, IEEE 802.3x para operação Full-Duplex e controle de fluxo, sistemas operacionais compatíveis: Windows 98/ME/XP/Vista/7/8/8.1/10/11, Windows Server 2003/2008/2012, Linux.	Emissões eletromagnéticas; IEEE 802.1P e IEEE 802.1Q - Priorização de tráfego e segmentação de rede.			
21	Placa de rede PCIe x4, possuir quatro portas Ethernet RJ45 Gigabit 10/100/1000, possuir controlador para desempenho superior, compatibilidade com servidores de múltiplas marcas com slot PCIe 4x, 8x e 16x, possuir espelho perfil alto e baixo.	Certificação Anatel - Exigida para interfaces de rede Ethernet; EC CISPR 32 / INMETRO - Emissões eletromagnéticas; IEEE 802.1P e IEEE 802.1Q - Priorização de tráfego e segmentação de rede.	Garantia de 24 (vinte e quatro) meses	Unidade	Modelo de referência para comparação de requisitos mínimos: Gigabit Ethernet Intel I350 T4 - I350.
22	Placa de vídeo offboard, com no mínimo conectores VGA, DVI e HDMI. Coprocessador gráfico: AMD Radeon R5 230. Tamanho da memória RAM da placa gráfica: 2 GB DDR3 Perfil Espelho: Baixo (LOW PROFILE) e Perfil: Large Profile (Full-Height). Interface de saída de vídeo: DVI, HDMI, VGA. Memory Clock: 1066MHz Interface: 64 bits Padrão de barramento: PCI-E 2.0 Compatibilidade com compatível com Windows 7, 8, 10, 11 e Linux.	ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos eletroeletrônicos; ABNT NBR 14565 - Compatibilidade com ambientes de TI; Padrões HDMI, DVI e VGA - Interoperabilidade com monitores;	Garantia de 24 (vinte e quatro) meses	Unidade	Modelo de referência para comparação de requisitos mínimos: Marca: PCYes / Modelo: GPU NVIDIA GEFORCE R5 230 2GB DDR3 64 BIT 1066MHz
23	SSD 480 GB, interface SATA III (6Gb/s), formato 2,5", Leitura/Gravação sequencial: 500/450MB/s, NAND: TLC	ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos eletroeletrônicos; ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Controles de segurança da informação;	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	. Item de referência: SSD Kingston A400 SA400S37/480G.
24	Transceptor SFP Gigabit, Mono-modo, BIDI (bidirecional), SC ou LC, WDM (vendidos em pares um A e B), (velocidade Gigabit 1000Base ou 10GBASE), de 10km até 20km	ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Confiabilidade e integridade da transmissão; IEC CISPR 32 / INMETRO - Emissões eletromagnéticas; ABNT NBR 14565 - Cabeamento estruturado e	Garantia de 24 (vinte e quatro) meses	Unidade	Modelo: Miljet Network SKU: 2031202 Modelo: MJ-SFP10G-LR-20

		interoperabilidade.			
25	<p>Tipo de dispositivo: Fonte de alimentação para PC — padrão ATX (desktop).</p> <p>Padrão / Compatibilidade: Formato padrão ATX</p> <p>Potência: 400W.</p> <p>PFC: Ativo (Power Factor Correction)</p> <p>Tensão Entrada: 115/230V</p> <p>Ventoinha / Refrigeração: Cooler interno de 120 mm</p> <p>Indicado para: Builds de PC de entrada a intermediário: sistemas com CPU, SSD/HDD, placas de vídeo modestas ou médias, periféricos padrão.</p>	<p>ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos eletroeletrônicos;</p> <p>Portarias INMETRO (PBE) - Avaliação de eficiência e consumo;</p> <p>IEC 61000 - Distúrbios elétricos e imunidade.</p>	Garantia de 24 (vinte e quatro) meses	Unidade	Modelo de referência: Fonte Gamer ATX 400W PFC Ativo Black Hawk 80 Plus Fortrek
26	<p>Conversor de mídia para Fibra Óptica Par A e B 5KM. Alimentação: Fonte externa 5V DC / 1A bivolt automatico.</p>	<p>Certificação Anatel - Obrigatória para conversores de mídia;</p> <p>ITU-T G.652 - Compatibilidade com fibra monomodo;</p> <p>IEEE 802.3u/802.3z (conforme tecnologia) - Transmissão óptica</p>	Garantia de 24 (vinte e quatro) meses	Unidade	Modelo de referência para comparação de requisitos mínimos: Gigabit 1FO SC SM 10/100/1000
27	<p>Conversor de mídia WDM monomodo</p> <p>Velocidade de tráfego negociável: 10/100/1000 Mbps</p> <p>Alcance: Até 20 km</p> <p>Comprimento de onda: Transmite em 1550 nm e recebe em 1310 nm</p> <p>Portas:</p> <p>Fibra óptica tipo SC de 1 Gbps</p> <p>RJ45 de até 1 Gbps</p> <p>Tipo de fibra: Monomodo com conector SC</p> <p>Cabo de rede compatível: UTP Cat 5 ou Cat 5e</p> <p>Fonte de alimentação: Própria, incluída</p>	<p>Certificação Anatel - Obrigatória para conversores de mídia;</p> <p>IEEE 802.3 / 802.3u / 802.3ab - Comunicação Ethernet;</p> <p>IEC CISPR 32 / INMETRO - Emissões e imunidade eletromagnética.</p>	Garantia de 24 (vinte e quatro) meses	Unidade	Modelo de referência: TPLINK TL-FC311A-20
28	<p>Microsoft Office Home and Business 2024 Mac e Windows - Licença Permanente, Versão para sistemas 32 bits e 64 bits.</p> <p>Aplicativos incluídos: Word, Excel, PowerPoint e Outlook, além do OneNote e Microsoft Teams</p> <p>Descrição: Versão mais completa da suíte de produtividade da Microsoft, voltada para empresas e profissionais que necessitam de recursos avançados.</p> <p>Licença: Perpétua (pagamento único, uso vitalício da versão adquirida, sem necessidade de assinatura mensal ou anual).</p> <p>Compatibilidade: Windows 10 e Windows 11.</p>	<p>Lei nº 9.610/1998 - Proteção de software;</p> <p>Lei nº 9.609/1998 (Lei do Software) - Licenciamento e uso;</p> <p>ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Uso seguro de informações;</p> <p>Art. 11, inc. IV, Lei nº 14.133/2021 - Vedação a software irregular</p>	Garantia de 12 (doze) meses	Unidade	-
29	<p>Licença Vitalícia Windows 11 Pro ESD 32/64 Bits, Português Brasil. Permitir reinstalação em caso de troca de HD ou SSD.</p>	<p>Lei nº 9.610/1998 - Proteção de software;</p>	Garantia de 12 (doze) meses	Unidade	-

	Compatíveis com computadores e notebooks. Permitir reinstalação em caso de formatação.	<p>Lei nº 9.609/1998 (Lei do Software) - Licenciamento e uso;</p> <p>ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Uso seguro de informações;</p> <p>Art. 11, inc. IV, Lei nº 14.133/2021 - Vedação a software irregular</p>			
30	<p>Sistema SISDEA para Engenharia</p> <p>Descrição: Software para avaliação de imóveis urbanos, rurais, máquinas e equipamentos pelo método comparativo direto de dados de mercado, conforme a NBR 14.653 da ABNT.</p> <p>Recursos: Permite o uso de diversas técnicas matemáticas e estatísticas para obter avaliações precisas e confiáveis, incluindo:</p> <p>Inferência estatística, Regressão linear, Regressão não linear, Análise de envoltória de dados (DEA), Redes neurais artificiais</p> <p>Licença: Permanente</p>	<p>ABNT NBR 14.653 (todas as partes) - Norma técnica obrigatória;</p> <p>Lei nº 9.610/1998 - Proteção de software;</p> <p>Lei nº 9.609/1998 (Lei do Software) - Licenciamento e uso;</p> <p>ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Uso seguro de informações;</p> <p>Art. 11, inc. IV, Lei nº 14.133/2021 - Vedação a software irregular</p>	Garantia de 12 (doze) meses	Unidade	-
31	<p>Licença Adobe Creative Cloud – VIP Governamental</p> <p>Edição de imagens, vídeo, criação de página web e documentação digital</p> <p>VIP Teams – Governamental</p>	<p>Lei nº 9.610/1998 - Proteção de software;</p> <p>Lei nº 9.609/1998 (Lei do Software) - Licenciamento e uso;</p> <p>ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Uso seguro de informações</p>	<p>Garantia de 12 (doze) meses</p> <p>Código PMC-TIC: AD-004</p>	Unidade	-
32	<p>Adaptador de rede externo (USB → Ethernet)</p> <p>Interface com o computador: USB 3.0 (Super Speed) – conector USB macho.</p> <p>Saída de rede: 1 × porta RJ-45 (Ethernet) Gigabit (10/100/1000 Mbps)</p> <p>Padrões suportados de rede: 10Base-T, 100Base-TX, 1000Base-T (Ethernet, Fast Ethernet, Gigabit Ethernet)</p> <p>Protocolos de link de dados compatíveis: Ethernet, Fast Ethernet, Gigabit Ethernet</p> <p>Características adicionais: suporte a PXE (útil para boot via rede / inicialização remota).</p> <p>Fator de forma: adaptador externo, com cabo integrado — portátil e fácil de</p>	<p>IEEE 802.3 / 802.3u / 802.3ab - Padrões de comunicação;</p> <p>USB 3.0 Specification - Compatibilidade física e lógica</p>	Garantia de 12 (doze) meses	Unidade	Modelo de referencia: Adaptador da Dell - USB 3.0 para Ethernet Boot PXE

	conectar/desconectar.				
33	Rastreador pessoal via satélite modelo SPOT Gen4 ou equivalente, com botões dedicados para SOS, Ajuda, Check-in e Mensagem Personalizada, capacidade de rastreamento automático em intervalos de 5, 10, 30 e 60 minutos, GPS integrado de alta sensibilidade, resistência a intempéries (IP67), operação com pilhas AAA, indicadores luminosos de status e transmissão, adequado para uso em áreas remotas sem cobertura celular, acompanhando kit básico com manual e acessórios para fixação.	ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos e acessórios; ABNT NBR IEC 60529 – define grau de proteção homologação Anatel - classificado como produto para telecomunicações	Garantia de 24 (vinte e quatro) meses	Unidade	Modelo de referência: SPOT Gen4
34	Baia Caddy rack 2U compatível com a linha de servidor FusionServer. Aplicação: Instalação de discos rígidos SAS ou SATA de 2,5" em servidores compatíveis. Compatibilidade: Servidores da linha Huawei FusionServer, incluindo modelos 2288H V5 e 2288H V6. Formato do disco: 2,5" (SFF – Small Form Factor). Interface suportada: SAS 6 Gb/s, SAS 12 Gb/s e SATA III 6 Gb/s. Material: Estrutura em liga metálica com acabamento em plástico de engenharia de alta resistência. Cor: Painel frontal preto, com trava e botão de ejeção em destaque. Mecanismo de fixação: Suporte para fixação do disco rígido com parafusos laterais padrão. Trava: Sistema de trava frontal para segurança do disco. Hot-swap: Suporte a troca a quente (hot-swap), dependendo do backplane do servidor. Ventilação: Painel frontal perfurado para fluxo de ar adequado dentro do servidor.	ABNT NBR ISO/IEC 24764 - Infraestrutura de data centers; ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos e acessórios; ABNT NBR 14565 - Compatibilidade com ambientes de TI e data center.	Garantia de 24 (vinte e quatro) meses	Unidade	Modelo de referência: Huawei Hard Caddy 2288.
35	HD (Disco rígido) compatível com servidor XFusion FusionServer 2488H V6 com as seguintes características: 2,4 TB de capacidade; formato 2,5" SFF; interface SAS; taxa de transferência externa de 1,2 Gb/s; velocidade de interface de 12 Gb/s; velocidade de rotação de 10.000 RpM; tecnologia Hot-plug/Hot-swap; deve acompanhar gaveta de material metal e plástico, de 2,5" e com mecanismo de fixação para disco rígido com parafusos laterais padrão.	ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos eletroeletrônicos; ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Controles de segurança da informação	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	Modelo de referência: Huawei Hard Caddy 2288.
36	HD para servidores/data centers, unidade SAS corporativa. Fator de forma: 2,5", padrão SFF compatível com servidores rack-mount e arrays SAS. Interface: SAS 12 Gb/s Capacidade: 1,2 TB Velocidade de rotação (RPM): 10.000 rpm Cache / buffer: 256MB Performance de I/O / transferência	ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos eletroeletrônicos; ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002 - Controles de segurança da informação	Garantia de 36 (trinta e seis) meses	Unidade	Modelo: para referência Dell EMC 0G176J

	Projetado para uso 24/7 Recursos avançados: Proteção PI // Gerenciamento de energia PowerChoice // Reconstrução de RAID (RAID Rebuild) // Hot-plug / hot-swap e monitoramento via SMART.				
37	Baia Caddy para instalação em servidores Dell Poweredge R720, com formato 2,5" SFF (Small Form Factor), Mecanismo de fixação: Suporte para fixação do disco rígido com parafusos laterais padrão. Hot Plug / Hot Swap.	<p>ABNT NBR ISO/IEC 24764 - Infraestrutura de data centers;</p> <p>ABNT NBR IEC 62368-1 - Segurança de equipamentos e acessórios;</p> <p>ABNT NBR 14565 - Compatibilidade com ambientes de TI e data center.</p>	Garantia de 24 (vinte e quatro) meses	Unidade	Modelo: para referência Dell EMC 0G176J



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL
Anexo C – Mapa Histórico de Aquisições

Item	Descrição do Material	CATMAT	Unidade de Medida	2024	2025	Necessidade 2026			
						Base Sgt Braz	Base Ayrton Senna	Contingência	Quantidade
1	Microcomputador	630955	UND	57	157	45	65	30	140
2	Notebook	630376	UND	30	19	6	8	2	16
3	Servidor	622412	UND	0	0	1	0	1	2
4	Firewall Compliance com Throughput	618353	UND	0	0	1	0	1	2
5	Leitor de Código de Barras	620842	UND	0	0	5	15	0	20
6	Mini Rack Desmontável de Parede	635029	UND	0	0	2	0	0	2
7	Rotulador eletrônico portátil	628185	UND	0	0	1	1	0	2
8	Scanner de mesa	233830	UND	0	0	1	2	0	3
9	Storage de rede de pequeno porte	469726	UND	0	0	1	0	1	2
10	Storage compacto e versátil	469726	UND	0	0	0	1	1	2
11	Switch gerenciável L2+	609334	UND	15	0	10	10	0	20
12	Switch gerenciável L3	438620	UND	5	25	15	5	0	20
13	Switch gerenciável “smart”	448264	UND	0	0	10	20	0	30
14	Monitor Full HD, tela de 27 polegadas	625673	UND	0	0	10	0	0	10
15	HDD NAS para storage de rede 8TB	452505	UND	0	0	4	10	0	14
16	HDD de 4 TB SATA	613717	UND	0	0	5	10	0	15
17	Módulo de memória tipo DDR3	473420	UND	0	0	0	10	0	10
18	Módulo de memória tipo DDR4	604331	UND	0	0	16	54	0	70
19	Módulo mini transceptor SFP	486617	UND	0	0	0	15	0	15
20	Placa de rede Mini PCI-E 10/100/1000	339557	UND	0	0	20	20	0	40
21	Placa de rede PCIe x4	474227	UND	0	0	6	0	0	6
22	Placa de vídeo offboard,	619314	UND	0	0	5	0	0	5
23	SSD 480 GB,	627101	UND	0	0	20	80	0	100
24	Transceptor SFP Gigabi	390884	UND	0	0	5	0	0	5
25	Fonte de alimentação para PC — padrão ATX	450318	UND	0	0	30	20	0	50
26	Conversor de mídia para Fibra Óptica Par A e B 5KM	396969	UND	0	0	0	20	0	20
27	Conversor de mídia WDM monomodo	400489	UND	0	0	10	10	0	20
28	Microsoft Office Home and Business 2024 Mac e Windows - Licença Permanente, Versão para sistemas 32 bits e 64 bits.	27472	UND	0	0	0	15	0	15
29	Licença Vitalícia Windows 11 Pro ESD 32/64 Bits	27472	UND	0	0	0	10	0	10
30	Sistema SISDEA para Engenharia	27472	UND	0	0	0	2	0	2
31	Licença Adobe Creative Cloud 2024	27472	UND	0	0	0	2	0	2
32	Adaptador de rede externo (USB → Ethernet)	470246	UND	0	0	5	20	0	25
33	Rastreador Satelital	464775	UND	0	0	0	12	0	12
34	Baia Caddy para servidor rack 2U da linha FusionServer.	399599	UND	0	0	0	8	0	8
35	HD (Disco rígido) para servidor XFusion FusionServer 2488H	610791	UND	0	0	0	10	0	10
36	HD para servidores/data centers, unidade SAS corporativa.	446582	UND	0	0	0	10	0	10
37	Baia Caddy para instalação em servidores com formato 2,5" SFF (Small Form Factor)	617976	UND	0	0	0	4	0	4

UNIDADE GESTORA EXECUTORA OPERAÇÃO ACOLHIDA

Estudo Técnico Preliminar 15/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 60301000860202547

2. Descrição da necessidade

Aquisição de Material de Tecnologia da Informação e Comunicação

2.1.A presente contratação está contextualizada da seguinte forma:

2.1.1.1. Ao longo do ano de 2018, com o recrudescimento da crise política, institucional e socioeconômica na República Bolivariana da Venezuela, houve grande aumento do fluxo de imigrantes e/ou refugiados oriundos daquele país para o Brasil. A maior parte deles entrava no território nacional pelo Estado de Roraima, o que pressionou a estrutura de serviços públicos disponível naquela unidade da federação, tendo em vista o aumento repentino da população.

2.1.1.2. Para minorar os problemas causados pelo afluxo migratório, foi editada a Medida Provisória 820/2018, posteriormente convertida na Lei 13.684/2018, que dispunha sobre as medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, com objetivo de articular ações integradas a serem desempenhadas pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais. As medidas visam à ampliação de políticas de proteção social; atenção à saúde; oferta de atividades educacionais; formação e qualificação profissional; garantia dos direitos humanos; proteção dos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência, da população indígena, das comunidades tradicionais atingidas e de outros grupos sociais vulneráveis; oferta de infraestrutura e saneamento; segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras; logística e distribuição de insumos; e mobilidade, contemplados a distribuição e a interiorização no território nacional, o repatriamento e o reassentamento das pessoas em situação de vulnerabilidade.

2.1.1.3. Num passo seguinte, o Decreto Presidencial 9.285/2018 reconheceu a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório para o Estado de Roraima, provocado pela crise humanitária na Venezuela.

2.1.1.4. Em seguida, a Lei 13.684/2018 instituiu o Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE) para coordenar os trabalhos supracitados, e o Decreto 10.917/2021 previu a sua composição pelos Ministros de Estado, sendo presidido pela Casa Civil, bem como previu a designação de um Coordenador Operacional, tratando-se de uma ação transversal do governo federal, com um conjunto de ações de acolhimento humanitário, de natureza civil, executadas mediante cooperação federativa e interinstitucional.

2.1.1.5. Portanto, as ações definidas pelo CFAE deverão ser executadas pelo Coordenador Operacional, ao qual compete a articulação com os órgãos envolvidos, inclusive no âmbito estadual e municipal. Ao longo da execução da Operação Acolhida, a função de Coordenador Operacional vem sendo exercida por Oficiais-Generais do Exército, tendo a Resolução Portaria GM-MD N° 1.231, de 14 de março de 2025 designado para tanto o General de Divisão JOSÉ LUÍS ARAUJO DOS SANTOS para a função.

2.1.1.6. Há de se destacar ainda que a área diretamente afetada pelo fluxo migratório consiste no Estado de Roraima, em especial os Municípios de Pacaraima, onde se localiza a fronteira com a Venezuela, e Boa Vista, capital do estado. Também há o desenvolvimento de ações no Município de Manaus, no Estado do Amazonas, que acaba atraindo grande número de imigrantes por ser uma cidade de maior porte, servindo ainda de ponto de passagem para outras localidades no território nacional.

2.1.1.7. No âmbito do Ministério da Defesa, a Diretriz Ministerial 3/2018 autorizou a execução da Operação Acolhida com emprego dos meios necessários para o apoio logístico aos órgãos públicos com vistas a cooperar no desenvolvimento de atividades humanitárias tendo em vista a Lei 13.684/2018 e Decreto Presidencial 9.285/2018. A Diretriz envolve, desta forma, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, e os comandos da Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira. Atualmente, a Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum) é constituída por integrantes dos três comandos militares e atua nas áreas afetadas aqui citadas cumprindo as diretrizes do Ministério da Defesa nesse assunto.

- 2.1.1.8. Ainda no âmbito do Ministério da Defesa, a Portaria GM-MD 1.223/2021, prorrogada pela Portaria EMCFA-MD 3.448/22, e disciplinada pela IN EMCFA-MD 05/2021, instituiu, em caráter temporário, no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas a Secretaria-Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial (SECAAE), com objetivo de atender às atribuições conferidas ao Ministério da Defesa, relativas ao acolhimento às pessoas em situações de vulnerabilidade.
- 2.1.1.9. Destacam-se como atribuições das SECAAE as atividades de supervisionar, dirigir, coordenar e executar as ações atribuídas ao Ministério da Defesa na Operação Acolhida; e planejar, executar e coordenar as atividades relacionadas à administração orçamentária, financeira e patrimonial das ações atribuídas ao Ministério da Defesa na Operação Acolhida, em articulação com a Chefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.
- 2.2. Tendo em vista este contexto, a aquisição de equipamentos e materiais de TIC, periféricos e acessórios de informática, visando atender as necessidades de aquisição, manutenção e reposição desses materiais para a Força Tarefa Logística Humanitária - Operação Acolhida (FT Log Hum).
- 2.3. Aquisição de equipamentos e materiais de TIC, periféricos e acessórios de informática, permitirá melhorar o suporte dos projetos desenvolvidos pelo Pelotão de Tecnologia de Informação da FT Log Hum, de forma à manter e estender sua capacidade operacional. É importante frisar que esta aquisição possibilitará, com o melhor custo-benefício, a obtenção, a reposição e utilização de melhores equipamentos e fornecerá meios para que os projetos se desencadeiem da melhor forma possível, com um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo, tendo um produto final que assegura confiabilidade, integridade e precisão nos dados a serem entregues.
- 2.4. Justificam-se em razão das necessidades de materiais e equipamentos específicos dotados de tecnologia agregada e de maior capacidade de processamento, visando apoio das atividades finalísticas da FT Log Humanitária - Operação Acolhida, que é prover o ordenamento da fronteira Brasil/Venezuela, o acolhimento e a interiorização dos migrantes venezuelanos em situações de vulnerabilidade.
- 2.5. As aquisições têm como objetivo estabelecer o fornecimento de itens de Tecnologia da Informação e Comunicação, periféricos e acessórios de informática durante a vigência do contrato, em conformidade com todas as normas legais vigentes, bem como com o que está previsto no termo de referência e no edital. Essas aquisições visam atender às diversas atividades realizadas tanto na Base Sargento Braz (Pacaraima-RR) quanto na Base Ayrton Senna (Boa Vista-RR), ambas pertencentes à FT Log Hum.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Comunicações e Sistemas de Informações	Xerxes Slaghenaufi

4. Necessidades de Negócio

- 4.1. A presente contratação de bens de TIC visa prover condições para a adequada execução das atividades da Operação Acolhida, que dependem de recursos computacionais estáveis e com desempenho compatível com o volume e a criticidade das informações tratadas.
- 4.2. A motivação da contratação, portanto, está em superar essas limitações operacionais, garantindo que os migrantes assistidos e o contingente militar envolvido disponham de recursos computacionais adequados às exigências atuais e futuras da operação.
- 4.3. As necessidades de negócio a serem atendidas pela contratação podem ser descritas, em termos de metas, objetivos e resultados esperados, da seguinte forma:
- 4.3.1. Permitir o contínuo aperfeiçoamento e atualização tecnológica.
- 4.3.2. Permitir a agregação de um volume significativo de demanda ao mercado fornecedor e, com isso, obter potencialmente melhores ofertas tanto em termos financeiros quanto técnicos.
- 4.3.3. Prover recursos computacionais necessários ao desenvolvimento das atividades laborais de suporte, administração e gestão de atividades meio e fim relacionadas ao alcance imediato ou indireto do interesse público.
- 4.3.4. A compra deverá conter todos os requisitos mínimos constantes no Termo de Referência do Edital de forma que cumpra todas as necessidades solicitadas pelo setor requisitante, atingir economicidade da compra centralizada, o interesse da instituição, padronização dos equipamentos, custeio e projetos.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1. Os equipamentos a serem adquiridos deverão observar a padronização tecnológica atualmente adotada pelo Órgão Gerenciador, em estrita conformidade com as especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes nas descrições de cada item deste Estudo Técnico Preliminar, bem como com os respectivos códigos e classificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais – CATMAT / Código BR do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Tal observância visa assegurar a interoperabilidade com o parque computacional existente, facilitar a gestão de ativos de TIC, garantir a rastreabilidade das aquisições e promover a adequada governança sobre os bens de tecnologia da informação e comunicação utilizados no âmbito da Força Tarefa Logística Humanitária Operação Acolhida.

5.2. Verificam-se, atualmente, limitações relevantes no parque tecnológico existente, inclusive no contexto da Operação Acolhida, tais como: equipamentos obsoletos, baixa capacidade de processamento, insuficiência de memória e de armazenamento, além de restrições de expansão e de suporte técnico, o que compromete a plena utilização dos sistemas corporativos e específicos de apoio às ações de acolhida.

Essas limitações impactam diretamente a eficiência das atividades de registro, consulta e tratamento de informações, a geração de relatórios gerenciais e o uso de ferramentas de comunicação e colaboração, essenciais ao funcionamento da Força Tarefa. A atualização da infraestrutura, por meio da aquisição de microcomputadores com características mínimas como processadores de alto desempenho, memória RAM expansível, unidades de estado sólido (SSD) e monitores em conformidade com os padrões de ergonomia e qualidade de imagem e demais itens tem por finalidade:

- a melhoria do desempenho e da produtividade dos usuários;
- o fortalecimento da segurança da informação;
- a garantia de continuidade e escalabilidade dos serviços digitais;
- o atendimento a requisitos normativos e às políticas institucionais de TIC;
- e a redução de custos operacionais, tanto por meio da diminuição de falhas e manutenções corretivas quanto pela maior eficiência energética e pela padronização do ambiente computacional.

5.3. Enquadramento no conceito de solução TIC

5.3.1. Para o presente Estudo Técnico Preliminar da Contratação foi adotada a definição de solução de TICTIC do inciso VII do art. 2º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022: "VII - solução de TIC para fins desta Instrução Normativa: conjunto de bens e /ou serviços que apoiam processos de negócio mediante a conjugação de recursos de TIC, de acordo com as premissas definidas no Anexo II desta Instrução Normativa".

Assim, a presente contratação é concebida como parte de uma solução de TIC destinada a apoiar diretamente os processos de negócio vinculados à Operação Acolhida, em especial aqueles que dependem de estações de trabalho com capacidade adequada de processamento, armazenamento e apresentação da informação.

5.3.2. Além disso, considerando que o Anexo II da referida Instrução Normativa, estabelece 13 (treze) categorias de recursos de TIC, compostas por bens e serviços suscetíveis a integrar uma solução de TIC, concluiu-se que o objeto da presente contratação enquadra-se na(s) seguinte(s) categoria(s) de recursos de TIC:

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE TIC

a) São considerados recursos de TIC equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação da informação, a exemplo de: desktops, notebooks, coletores de dados do tipo *personal digital assistant*, equipamentos de coleta de dados satelitais, monitores de vídeo, impressoras, impressoras térmicas, documentos, tablets, incluindo-se serviços de manutenção e suporte desses equipamentos;

b) Excluem-se dessa categoria mouses - PDA, teclados, caixas de som, projetores, dispositivos *Radio Frequency Identification smartphones* - RFID, impressoras 3D, aparelhos telefônicos (como fixos, celulares), relógio de ponto, rádio comunicadores e estações rádio base, câmeras fotográficas e adquiridas isoladamente, cartuchos, toners e demais insumos de impressão, *plotters* drones, *webcam* e veículos de tripulados ou não tripulados, equipamentos de segmento médico, construção civil, tráfego aéreo, máquinas de produção industrial, equipamentos de raio-x (inclusive para controle de acesso), segmentos de áudio e vídeo, fechaduras eletrônicas, bloqueadores de sinais de celular e gravadores de áudio digital ou analógico.

Dessa forma, resta caracterizado que os itens a serem adquiridos constituem recursos de TIC enquadrados na categoria de Materiais e Equipamentos de TIC, integrando solução voltada ao suporte das atividades da Força Tarefa Operação Acolhida, em estrita observância às disposições da IN SGD/ME nº 94/2022.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. Requisitos Internos Funcionais

6.1.1. Requisitos de Negócio

6.1.1.1 Os equipamentos de TIC a serem adquiridos deverão atender às demandas operacionais da Força Tarefa Logística Humanitária Operação Acolhida, garantindo desempenho adequado para:

- 6.1.1.1.1. Execução simultânea dos sistemas corporativos e específicos utilizados na gestão de migrantes, controle de entrada e saída em abrigos, registro de atendimentos, logística, administração e apoio à decisão;
- 6.1.1.1.2. Processamento de documentos, planilhas, consultas a bases de dados e relatórios gerenciais necessários à coordenação das ações da Operação Acolhida;
- 6.1.1.1.3. Utilização de ferramentas de correio eletrônico, comunicação unificada e videoconferência, integradas ao ambiente institucional de TIC.

6.1.2. Requisitos da Arquitetura Tecnológica

6.1.2.1. Os equipamentos deverão ser compatíveis com a arquitetura tecnológica vigente na Força Tarefa, incluindo:

- 6.1.2.1.1. Integração ao domínio e serviços de diretório, permitindo autenticação centralizada, aplicação de políticas de grupo e inventário automatizado;
- 6.1.2.1.2. Compatibilidade com o sistema operacional padrão adotado institucionalmente, bem como com as ferramentas de gerenciamento remoto, distribuição de software e atualização utilizadas pelo Pelotão de TI;
- 6.1.2.1.3. Plena operação na rede cabeada (e, quando aplicável, sem fio), respeitando segmentações lógicas, VLANs, políticas de QoS e demais configurações usadas na Operação Acolhida.

6.1.2.2. Os equipamentos deverão ser entregues com todos os itens e acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento (cabos, conectores, fontes, drivers, softwares de configuração, quando couber), sem necessidade de aquisição complementar para uso básico previsto neste ETP.

6.1.3. Requisitos de Capacitação

6.1.3.1. Considerando o perfil de uso dos equipamentos e a experiência prévia dos usuários, não se prevê a necessidade de capacitação específica a ser fornecida pela contratada quanto ao uso dos computadores e periféricos, limitando-se a capacitação, se necessária, a iniciativas internas da própria Força Tarefa.

6.2. Requisitos Internos Não Funcionais

6.2.1. Requisitos de Desempenho, Qualidade e Ciclo de Vida

6.2.1.1. Os equipamentos deverão observar padrões mínimos de qualidade e desempenho, não podendo ser fornecidos itens em modo “End of Support” durante a vigência da garantia, nem em modo “End of Life” no ato da assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, a fim de evitar a aquisição de bens com ciclo de vida descontinuado em curto prazo.

6.2.1.2. Em caso de descontinuidade de modelo durante a execução contratual, poderá ser aceita, a critério da Administração, a substituição por equipamento de capacidade técnica igual ou superior, da mesma linha ou família, desde que atendidos integralmente os requisitos técnicos originalmente especificados, sem ônus adicional.

6.2.1.3. Os bens deverão ser novos, de primeiro uso, constar na linha de produção do fabricante e suportar futuras expansões de capacidade (como aumento de memória e/ou armazenamento), compatíveis com a infraestrutura de TIC da Operação Acolhida.

6.2.2. Requisitos de Manutenção (Interna)

6.2.2.1. A manutenção preventiva de rotina e parte significativa da manutenção corretiva de primeiro nível serão realizadas pelo Pelotão de Tecnologia da Informação da Força Tarefa Logística Humanitária Operação Acolhida, não havendo previsão de contratação de serviços continuados de manutenção preventiva externa.

6.2.3. Requisitos Temporais

6.2.3.1. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 30 (trinta), dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho (NE), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

6.2.3.2. Os produtos deverão ser entregues 6º Batalhão de Engenharia de Construção (Almoxarifado Central) da Força Tarefa Logística Humanitária Operação Acolhida, situado na Avenida Capitão Ene Garcez, nº 1037, no bairro Mecejana, Boa Vista - RR, CEP 69304-000, no horário de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, exceto aos sábados, domingos e feriados.

6.2.4. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

6.2.4.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação da Força Tarefa Logística Humanitária Operação Acolhida e demais normas internas pertinentes, permitindo:

- 6.2.4.1.1. Utilização de mecanismos de autenticação, controle de acesso, registro de logs e auditoria, conforme definido pela área de TIC;
- 6.2.4.1.2. Integração com as soluções de segurança de endpoint, criptografia de dados e monitoramento de incidentes utilizadas pela Contratante;
- 6.2.4.1.3. Observância às diretrizes de proteção de dados pessoais e dados sensíveis, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), no que couber.

6.2.5. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

6.2.5.1. A contratação deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade previstos na legislação federal e em normas específicas (IN nº 01/2010, Decreto nº 7.746/2012, Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e Plano de Logística/Plano de Gestão Sustentável aplicável), priorizando:

- a) eficiência energética e menor consumo de energia;
- b) uso de materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental;
- c) redução de substâncias perigosas (RoHS).

6.2.5.2. Deverá ser assegurado que o atendimento em garantia, suporte e documentação técnica seja prestado em língua portuguesa do Brasil.

6.2.6. Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica Externa

6.2.6.1. A garantia deverá ser de no mínimo a quantidade de meses conforme notas constante no anexos à este processo, ou pelo prazo fornecido pelo Anexo B (Especificações mínimas aceitáveis) fabricante, se superior

O prazo de garantia contratual dos bens deverá ser contado a partir do recebimento definitivo do objeto, e deverá cobrir a correção de defeitos de fabricação mediante substituição de peças, ajustes e reparos, sem custos adicionais para a Administração durante a vigência da garantia.

6.2.6.2. As peças substituídas durante o período de garantia deverão ser novas, de primeiro uso, e apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos componentes originais.

6.2.6.3. A contratada deverá dispor de canais formais de atendimento (portal web, telefone e/ou e-mail) para abertura e acompanhamento de chamados de garantia, fornecendo número de protocolo e informações sobre o andamento dos serviços.

6.3. Requisitos Externos

6.3.1. Requisitos Legais

6.3.1.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021.

6.3.1.2. Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

6.3.1.3. Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

6.3.1.4. Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

6.3.1.5. Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023, que estabelece Modelo de Contratação e Gestão de Estações de Trabalho, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

6.3.1.6. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

6.3.1.7. Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 - Art. 5º: Institui, aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, critérios de sustentabilidade ambiental.

6.3.1.8. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

6.3.1.9. Quando aplicável ao processo produtivo dos bens, deverá ser exigida a regularidade do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021.

6.3.2. Padrões, Certificações e Padronização Governamental

6.3.2.1. Para os itens classificados como bens de informática e automação, deverão ser observadas as certificações previstas no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, incluindo:

- a) certificação de segurança e compatibilidade eletromagnética;
- b) certificação de eficiência energética emitida no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, coordenado pelo INMETRO, ou por organismos acreditados por aquele Instituto, nos termos da Portaria INMETRO nº 170/2012.

6.3.2.2. Os itens deverão estar devidamente classificados no Catálogo Unificado de Materiais – CATMAT / Código BR do SIASG, em consonância com a padronização seguida pelo órgão gerenciador, favorecendo a transparência, comparabilidade de preços e governança das aquisições.

6.4. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

6.4.1. Na presente contratação, admite-se a indicação das marcas e dos modelos dos itens, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo B (Especificações mínimas aceitáveis) anexo à este ETP.

6.4.2. A indicação de marcas e modelos específicos para a aquisição de materiais de Tecnologia da Informação e Comunicação justifica-se tecnicamente pela necessidade de assegurar a padronização do parque tecnológico já existente nesta Administração, garantindo plena compatibilidade entre os equipamentos atualmente em uso e os novos a serem adquiridos. Tal medida visa preservar a interoperabilidade entre hardware e sistemas, assegurar a continuidade operacional dos serviços, reduzir riscos de incompatibilidade técnica, otimizar procedimentos de manutenção e suporte, racionalizar custos com treinamento e reposição de peças, bem como manter a integridade da arquitetura de rede e da política de segurança da informação.

6.5. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:

6.5.1. Na presente contratação não haverá a vedação de marcas/produtos, podendo ser aceitos produtos com características técnicas e de desempenho equivalentes ou superiores às marcas de referência citadas no Anexo B, desde que comprovada tal equivalência.

6.6. Da exigência de carta de solidariedade:

6.6.1. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

6.7. Subcontratação:

6.7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.8. Da verificação de amostra do objeto

6.8.1. Não será solicitada amostra para verificação do objeto.

6.9. Garantia da Contratação:

6.9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

6.9.2. A justificativa se dá por se tratar de aquisição de bens comuns de Tecnologia da Informação e Comunicação (computadores, HDDs e servidores), com fornecimento imediato ou de curta duração, sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem complexidade técnica que envolva riscos significativos à execução contratual.

6.10. Natureza dos Bens

- 6.10.1. Os bens pretendidos são considerados “ comuns ” pois enquadram-se na classificação dos termos do Inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021: “bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.”
- 6.10.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1. Para formulação da estimativa das quantidades a serem contratadas executou-se levantamentos das necessidades atuais e das perspectiva da demandas no curto e médio prazo, em alinhamento com a estratégia de aquisição, realocação e descarte dos ativos de TI, conforme previsto no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações da Força Tarefa Logística Humanitária Operação Acolhida.

7.2. A memória de cálculo, bem como as premissas adotadas para formulação da estimativa das quantidades a serem contratadas, foram consolidados no Anexo C deste Estudo Técnico Preliminar, levando em consideração os dados de aquisições dos materiais referente aos anos de 2024 e 2025, respeitando a vida útil de cada equipamento e a atual necessidade do setor requisitante.

7.2.1. A definição e aplicação da estratégia de aquisição, realocação e descarte dos ativos de TI, tem por base a garantia de funcionamento de quatro anos. Dessa forma, ao longo da vida útil dos equipamentos de TIC, deve-se adotar as medidas cabíveis para garantir o pleno funcionamento e a disponibilidade do sistema, assim, objetivando racionalizar o montante de investimento requerido ao longo do tempo, buscou-se adotar, no que couber, as Diretrizes para a Contratação de Ativos de TIC do Ministério da Economia definidas nas "Boas práticas, orientações e vedações para contratação de Ativos de TIC - Versão 4", conforme segue:

"CICLO DE VIDA DOS EQUIPAMENTOS: (a) MICROCOMPUTADORES TIPO DESKTOP: Para aquisição de microcomputadores, tipo desktop, deve-se considerar a vida útil; mínima de 4 (quatro) anos para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento; (b) MICROCOMPUTADORES TIPO NOTEBOOK: Para aquisição de microcomputadores, tipo notebook, deve-se considerar a vida mínima útil de 3 (três) anos para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento; (c) IMPRESSORAS, SCANNERS E OUTROS PERIFÉRICOS: Para aquisição de impressoras, scanners ou outros periféricos, deve-se considerar a vida útil mínima de 4 (quatro) anos para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento; (d) ATIVOS DE REDE: Para aquisição de ativos de rede, tipo equipamentos wi-fi, switches de centro e de borda, roteadores, etc, deve-se considerar o tempo de vida de 5 (cinco) anos para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento."

7.3. Consideradas as referências de preços obtidas e os quantitativos estimados para os materiais de TIC necessários ao atendimento das demandas da Força-Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida, o valor estimado total da contratação é de R\$ R\$ 1.814.422,31 (Um milhão, oitocentos e quatorze mil, quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e um centavos).

8. Levantamento de soluções

8.1 Abaixo apresenta-se a tabela com o levantamento das soluções possíveis encontradas e a pormenorização de cada uma delas:

LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES	
ID	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO
01	Aquisição de equipamentos através de processo licitatório realizado pela própria instituição
02	Aquisição de equipamentos através de adesão à Ata de Registro de Preços

8.1.1. SOLUÇÃO 1 - Aquisição de equipamentos através de processo licitatório realizado pela própria instituição.

A realização de processos licitatórios pela própria instituição para aquisição de bens e tecnologia da informação (TI) oferece maior controle e customização das compras. Como a instituição define diretamente os critérios técnicos e as exigências do edital, é possível alinhar as especificações às reais necessidades do órgão, evitando soluções genéricas ou inadequadas. Além disso, a instituição pode priorizar requisitos como interoperabilidade, segurança da informação e sustentabilidade, garantindo que os produtos ou serviços adquiridos atendam plenamente às suas demandas.

No entanto, uma das principais desvantagens é a complexidade e demora do processo. Licitações demandam tempo para elaboração de editais, análises de propostas, eventuais recursos e homologações, o que pode atrasar a implementação de soluções tecnológicas urgentes. Além disso, a burocracia envolvida exige equipes especializadas em licitações e TI, o que nem sempre está disponível em órgãos com recursos limitados, podendo levar a erros no edital que resultem em impugnações ou adjudicações inadequadas.

Por fim, embora a licitação própria garanta maior alinhamento com as necessidades da instituição, ela também exige investimento em capacitação e estrutura. Órgãos que não possuem setores de compras ou TI especializados podem enfrentar dificuldades na gestão do processo, aumentando os custos indiretos.

8.1.2. SOLUÇÃO 2 - Aquisição de equipamentos através de adesão à Ata de Registro de Preços

A principal vantagem da adesão a atas de registro de preços (ARPs) é a agilidade e eficiência no processo de compra, uma vez que todo o procedimento licitatório já foi realizado previamente por outro órgão. Isso elimina a necessidade de conduzir nova licitação, reduzindo significativamente o tempo entre a identificação da necessidade e a contratação. Além disso, como os preços e condições comerciais já estão estabelecidos, a instituição pode focar em verificar a adequação técnica dos itens às suas demandas específicas, acelerando todo o processo de aquisição.

No entanto, uma das principais desvantagens desse modelo é a limitação na customização e atualização tecnológica. Como as especificações técnicas e os fornecedores já estão definidos na ARP, a instituição pode ficar restrita a soluções que não atendem plenamente às suas necessidades ou que já estão defasadas tecnologicamente. Isso é particularmente crítico em áreas de TI que evoluem rapidamente, como cloud computing, segurança da informação e inteligência artificial, onde a flexibilidade para adoção de inovações é essencial.

Por fim, embora a adesão a ARPs ofereça vantagens em termos de agilidade e custos, é essencial uma análise cuidadosa para garantir que os produtos e serviços atendam às reais necessidades da instituição.

9. Análise comparativa de soluções

9.1 Para a análise comparativa de soluções, será utilizado o modelo disponibilizado no ANEXO II da Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023.

9.1.1 Soluções para aquisição dos bens previstos para aquisição

LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES	
ID	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO
01	Aquisição de equipamentos através de processo licitatório realizado pela própria instituição
02	Aquisição de equipamentos através de adesão à Ata de Registro de Preços

9.1.2. Análise Comparativa de soluções sob os aspectos qualitativos

Análise Comparativa de Soluções sob os aspectos qualitativos			
Requisitos		Soluções	
		Solução 1	Solução 2
Negócio	Processo de Trabalho	Atende	Atende
	Mobilidade	Atende	Atende
	Localidade	Atende	Atende
	Disponibilidade	Atende	Atende
	Custo	Atende	Atende
Tecnológico	Alterações de infraestrutura quanto à capacidade de expansão	Atende	Atende
	Alterações de infraestrutura quanto aos requisitos de comunicação	Atende	Atende
	Alterações de infraestrutura quanto à manutenção de armazenamento de informações	Atende	Atende
	Alterações de infraestrutura quanto à garantia de segurança do parque	Atende	Atende
	Alterações de infraestrutura quanto à contingência da solução	Atende	Atende
	Alterações de infraestrutura quanto ao monitoramento e controle dos hardwares e softwares associados	Atende	Atende
	Alterações de infraestrutura quanto ao consumo energético	Atende	Atende
	Alterações de infraestrutura quanto ao espaço físico	Atende	Atende
	Alterações de infraestrutura quanto ao condicionamento térmico	Atende	Atende
	Ergonomia	Atende	Atende
Resultado da Análise		Viável	Viável

9.1.3. Abaixo está a análise, para cada solução, dos aspectos previstos na IN SGD/ME nº 94/2022, que devem ser avaliados em uma contratação de TIC

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
Abaixo está a análise, para cada solução, dos aspectos previstos na IN SGD/ME nº 94/2022, que devem ser avaliados em uma contratação de TIC	Solução 01	X		
	Solução 02	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 01			X
	Solução 02			X
A Solução é composta por Software Livre ou Software Público? (quando se tratar de software)	Solução 01			X
	Solução 02			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 01	X		
	Solução 02	X		
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 01			X
	Solução 02			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do eARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 01			X
	Solução 02			X

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

11.1 Não foram encontradas soluções inviáveis.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

12.1. O Custo Total de Propriedade (TCO) foi obtido por meio da composição dos custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços de cada solução, o que inclui os custos de aquisição, insumos, garantias e manutenção da solução como um todo.

12.2. Considera-se que, durante o tempo estimado de vida útil da solução, não haverá custos relevantes, além do custo do investimento inicial.

12.3. Para o presente objeto, por tratar-se de materiais de consumo e permanentes de TIC, periféricos e acessórios de informática, analisou-se três fatores: aquisição, implementação e suporte/manutenção, pois são eles que determinam o valor de um produto.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. Caracterização geral da solução

12.1.1 A solução de Tecnologia da Informação e Comunicação a ser contratada consiste na Solução 1 - Aquisição de equipamentos de TIC por meio de processo licitatório a ser conduzido pela própria Força Tarefa Logística Humanitária Operação Acolhida, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com a Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e demais normativos aplicáveis.

12.2 A presente aquisição direta de bens de TIC, ocorrerá sem contratação associada de serviços continuados de suporte ou manutenção preventiva externa, uma vez que tais atividades serão executadas, em sua maior parte, pelo Pelotão de Tecnologia da Informação da Força Tarefa. A contratação visa à modernização, padronização e expansão do parque tecnológico, de forma a atender às necessidades de negócio previamente identificadas e às necessidades tecnológicas descritas neste ETP.

12.2. Composição da solução

12.2.1. A solução será composta por equipamentos de TIC enquadrados na categoria “Materiais e Equipamentos de TIC”, nos termos do Anexo II da IN SGD/ME nº 94/2022, compreendendo, de forma exemplificativa e não exaustiva, os seguintes tipos de itens, conforme descritos e detalhados no Anexo B (Especificações mínimas aceitáveis) deste processo;

a) equipamentos de processamento para uso em postos de trabalho (estações de trabalho/microcomputadores e, quando cabível, notebooks), destinados ao uso dos servidores e militares diretamente envolvidos nas atividades da Operação Acolhida;

b) eventuais monitores, componentes e periféricos associados, estritamente necessários ao adequado funcionamento das estações de trabalho, em conformidade com as especificações técnicas e de desempenho definidas neste estudo;

c) demais equipamentos de TIC previstos no rol de itens do processo, destinados a apoiar de forma direta os processos de negócio da Força Tarefa, desde que classificados como bens de informática e automação, nos termos da legislação e dos padrões de catalogação (CATMAT/SIASG) aplicáveis.

12.2.2. Todos os itens que compõem a solução deverão:

- estar alinhados às necessidades de negócio da Operação Acolhida (continuidade, desempenho e segurança nas atividades de acolhimento);
- observar as necessidades tecnológicas do ambiente de TIC da Força Tarefa (arquitetura tecnológica, integração com rede, sistemas operacionais e políticas de segurança);
- cumprir os requisitos internos funcionais e não funcionais, bem como os requisitos externos legais, normativos, de sustentabilidade e de padronização, descritos nos tópicos específicos deste ETP.

12.3. Forma de atendimento da necessidade por meio da solução

12.3.1. A necessidade de modernização e expansão do parque de TIC será atendida mediante:

12.3.1.1. Realização de procedimento licitatório próprio, com elaboração de Termo de Referência/Projeto Básico, edital e demais peças processuais, tomando como base o presente Estudo Técnico Preliminar e as diretrizes do Plano Diretor de TIC e do Plano de Contratações Anual;

12.3.1.2. Entrega dos bens e integração ao ambiente da Força Tarefa, com recebimento, conferência, testes básicos de funcionamento e posterior instalação e configuração pelos profissionais do Pelotão de TI, garantindo a incorporação dos novos equipamentos à infraestrutura já existente.

12.4. Escopo e limites da solução

12.4.1. A solução de TIC ora descrita:

12.4.1.1. Abrange exclusivamente a aquisição de bens de TIC, nos quantitativos e especificações definidos no processo, não incluindo a contratação de serviços continuados de suporte, operação ou monitoramento, salvo eventuais serviços pontuais de instalação ou configuração que venham a ser considerados necessários e economicamente vantajosos.

12.4.1.2. Não contempla o desenvolvimento de software, serviços em nuvem, terceirização de infraestrutura ou outsourcing de serviços de TIC, os quais, se necessários, serão objeto de estudos e processos próprios.

12.4.1.3 Limita-se à atualização e expansão do parque de equipamentos, de modo a prover condições tecnológicas adequadas para o desempenho das atividades da Operação Acolhida, sem alterar, por si só, a lógica ou o desenho dos processos de negócio, que permanecem sob gestão das áreas finalísticas.

12.5. Resultado esperado com a adoção da solução

12.5.1. Com a implementação da solução de TIC por meio da aquisição de equipamentos via processo licitatório próprio, espera-se:

12.5.1.1. A substituição gradual de equipamentos obsoletos ou com desempenho insuficiente, mitigando riscos de indisponibilidade e falhas.

12.5.1.2. O aumento da capacidade de processamento e da confiabilidade das estações de trabalho, com reflexos positivos na produtividade dos usuários e na qualidade do atendimento prestado no âmbito da Operação Acolhida.

12.5.1.3. A padronização do parque de TIC, facilitando a gestão de ativos, a aplicação de políticas de segurança da informação e o suporte técnico pelo Pelotão de TI.

12.5.1.4. O atendimento aos requisitos legais, normativos, de sustentabilidade e de eficiência que regem as contratações públicas de TIC.

12.6. Em síntese, a solução de TIC proposta consiste na aquisição, por meio de processo licitatório próprio, de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação necessários à modernização, padronização e expansão do parque computacional da Força Tarefa Logística Humanitária Operação Acolhida, em estrita conformidade com as necessidades de negócio identificadas, com as características do ambiente tecnológico existente e com os requisitos legais, normativos e de sustentabilidade aplicáveis.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 2.266.407,60

13.1. Para a presente contratação, destinada à aquisição de materiais de TIC, periféricos e acessórios de informática, a pesquisa de preços foi realizada por meio da Plataforma Pesquisa de Preços do Compras.Gov, em conformidade com o disposto no art. 5º da Instrução Normativa SEGES nº 65, de 7 de julho de 2021.

13.2. A estimativa pormenorizada do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das respectivas memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, encontra-se formalizada no “Relatório da Pesquisa de Preços” e no “Mapa Comparativo de Preços”, ambos autuados sob o mesmo número do presente processo administrativo.

13.2.1. Visando preservar o layout e a compreensão do mapa comparativo de preços, incluiu-se a coluna 'Número de Cotações'. Esta coluna detalha o quantitativo de amostras utilizadas nos quatro parâmetros para o cálculo dos coeficientes de variação, média, mediana, valores mínimos e o preço unitário sugerido.

13.2.2. Tais dados foram extraídos do Relatório de Pesquisa de Preços anexo. Nele, especificam-se os parâmetros adotados, apresentando-se a devida justificativa sempre que houver divergência dos Parâmetros I e II, mediante comprovação documental (sites, orçamentos ou notas fiscais).

13.2.3. Ressalte-se que, conforme a Nota Técnica do referido relatório e em estrita observância ao art. 6º da IN SEGES/ME nº 65 /2021, determinadas cotações foram identificadas como 'Não' na coluna 'Compõe'. Essa medida visa excluir valores manifestamente excessivos ou inexequíveis do cálculo do preço estimado.

13.3. Com base na pesquisa realizada, procedeu-se à estimativa do valor da contratação com a finalidade de mensurar o dispêndio potencial associado à solução escolhida, bem como de avaliar sua viabilidade econômica, à luz dos princípios da economicidade, do planejamento e da eficiência administrativa.

13.4. Consideradas as referências de preços obtidas e os quantitativos estimados para os materiais de TIC necessários ao atendimento das demandas da Força-Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida, o valor estimado total da contratação é de R\$ 2.266.407,60 (dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e sete reais e sessenta centavos.)

13.5. Em observância aos princípios da transparência e da ampla competitividade, e considerando que o mercado de fornecimento de materiais de TIC é caracterizado por ampla oferta de fornecedores e baixo risco de conluio, cartelização ou assimetria informacional relevante, optou-se por conferir caráter NÃO SIGILOSO ao orçamento estimado.

13.6. O valor dos custos estimado da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais constarão do Termo de Referência do presente certame.

13.7. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.7.1. Nos termos do art. 18, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a contratação pública deve estar devidamente alinhada ao planejamento institucional, refletindo as metas, objetivos e prioridades estratégicas da Administração. Esse alinhamento assegura a aplicação racional dos recursos públicos, em conformidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e demais instrumentos formais de planejamento e gestão.

13.7.2. A verificação do alinhamento com o planejamento institucional e com o Plano de Contratações Anual (PCA) é medida essencial para garantir a coerência da contratação pretendida, prevenindo aquisições desnecessárias, redundantes ou dissociadas das finalidades públicas. Ademais, contribui para a transparência, a governança e a adequada prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

13.7.3. A presente contratação de materiais de TIC encontra-se alinhada às rotinas administrativas e operacionais da Força Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida, sendo indispensável para a proteção da integridade física de militares, servidores e colaboradores que atuam nas atividades logísticas, operacionais e de apoio humanitário, assegurando condições adequadas de segurança do trabalho e a continuidade das ações desenvolvidas no âmbito da Operação.

13.7.4. A contratação está compatibilizada com os instrumentos orçamentários vigentes, havendo previsão e disponibilidade de recursos financeiros para sua execução, em consonância com o planejamento orçamentário da Unidade Gestora.

13.7.5. A demanda encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Unidade Gestora, registrado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme detalhamento a seguir:

13.7.5.1. ID do PCA no PNCP: 03277610000125-0-000004/2026;

13.7.5.2. Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;

13.7.5.3. ID do item no PCA: 6, 7, 10, 12, 15, 18 e 32;

13.7.5.4. Classe/Grupo: 7010 - COMPUTADORES; 7030 - EQUIPAMENTOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS; 5999 - COMPONENTES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DIVERSOS; 7040 - EQUIPAMENTOS DE ENTRADA DE DADOS; 6030 - DISPOSITIVOS DE FIBRA ÓTICA; 7060 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES e 9999 - ITENS DIVERSOS. As classes destes itens referem-se em ordem, respectivamente, aos Id no PCA destacados no item 11.5.3.

13.7.5.5. Identificador da futura contratação: 110794-37/2026 e 110794-41/2026.

13.8. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia Nacional de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de 2.5. Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2023/2025 da Força-Tarefa Logística Humanitária (Operação Acolhida), conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS		
ORD	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DEFINIÇÃO
O4	Privacidade e Segurança	Ampliar a resiliência e a maturidade das estruturas tecnológicas governamentais com atenção à privacidade, proteção de dados pessoais, segurança da informação e segurança cibernética
O6	Infraestrutura Digital	Dispor de infraestrutura moderna, segura, escalável e robusta, considerando princípios de sustentabilidade, para a implantação e evolução de soluções de governo digital, promovendo soluções estruturantes compartilhadas, uso de padrões comuns e a integração entre os entes federados.

ALINHAMENTO AO PLANO DIRETOR DE TIC DA FT LOG HUM - OP ACOLHIDA (PDTIC 2023/2025)			
ORD	META DO PDTIC ASSOCIADA	ORD	AÇÃO DO PDTIC
M3	Estruturar a segurança de acesso nos servidores	A06	Elaborar o planejamento estratégico de TIC relativo a segurança nos servidores
M6	Manter disponibilidade do ambiente de servidores e de comunicação de dados	A09	Gerir prestação de serviço de servidores de aplicação e portais diversos (internet e intranet) e comunicação de dados
M9	Manter fornecimento de consumíveis de TIC	A12	Realizar a aquisição de material de consumo TI

19.9. Acerca da utilização do Catálogos de Soluções de TIC definido pela SISF para soluções de software, a consulta ao mesmo demonstrou que apenas o item 34, possui cadastro no referido catálogo. Para este item em questão, os documentos de planejamento da contratação deverão utilizar todos os elementos constantes no respectivo Catálogo, tais como: especificações técnicas, níveis de serviços, códigos de catalogação e PMC-TIC.

19.9.1. Conforme os termos do art. 20, § 3º, da IN SGD/ME nº 94/2022, para o item 34, procedeu-se pesquisa de preço.

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1. A modernização e ampliação da infraestrutura tecnológica são essenciais para garantir a eficiência operacional, segurança da informação, suporte ao crescimento organizacional e alinhamento com as melhores práticas de mercado.

14.2. Ao longo do tempo, vemos que os computadores se tornaram defasados em relação às novas demandas, comprometendo o desempenho e a produtividade dos diversos produtos entregues pela FT Log Hum. Equipamentos antigos apresentam vulnerabilidades de segurança devido à falta de suporte para atualizações e correções de segurança, tornando-se alvos simples. A modernização do parque tecnológico permitirá a adoção de soluções mais seguras, com recursos avançados como criptografia de disco, autenticação multifator e proteção contra malwares e ransomwares. Novos computadores e servidores possuem firmware e BIOS atualizados, reduzindo os riscos de exploração de vulnerabilidades. Outro fator a ser considerado é que alguns equipamentos já apresentam incompatibilidades, tanto de software quanto de hardware, além da dificuldade na aquisição de peças para reposição, cada vez mais escassas no mercado devido à obsolescência tecnológica, tornando a manutenção cada vez mais inviável.

14.3. Desta forma, observou que os servidores existentes estavam com sobrecarga nas informações gerenciadas. A crescente demanda por processamento de dados exige servidores mais robustos, com maior capacidade de armazenamento e processamento eficiente, a aquisição de servidores modernos possibilitará melhor distribuição de carga, garantindo alta disponibilidade e desempenho otimizado. Novos equipamentos de rede, como switches gerenciáveis, roteadores de alta performance e firewalls de última geração, permitirão conectividade estável, segura e com menor latência. A modernização do armazenamento incluirá a adoção de soluções híbridas, combinando SSDs para processamento rápido de dados e HDDs de alta capacidade para arquivamento. Tecnologias como RAID, backup

automatizado e replicação de dados serão rompidas para garantir redundância e proteção contra falhas. Melhoria na infraestrutura de rede proporcionará maior confiabilidade na comunicação entre dispositivos, otimizando continuamente a produtividade.

Justificativa do Parcelamento da Contratação

14.4. A definição acerca do parcelamento da contratação constitui etapa obrigatória do planejamento, nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, c/c art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, devendo a Administração avaliar, de forma motivada, a viabilidade técnica e a vantajosidade econômica da divisão ou do agrupamento dos itens.

14.4.2. No caso em análise, após estudo do mercado, da natureza dos objetos e das condições de execução contratual, concluiu-se que o agrupamento dos itens sob a forma de grupo (lote) apenas dos Itens 34, 35, 36 e 37, representa a solução mais adequada ao interesse público, por assegurar maior eficiência, segurança na execução e melhor resultado econômico para a Administração, conforme se demonstra a seguir.

14.4.2.1. A contratação por lote assegura uniformidade de especificações, compatibilidade técnica e identidade de padrões de qualidade entre os itens, evitando divergências operacionais.

14.4.2.2. O agrupamento reduz riscos de incompatibilidade técnica, atrasos decorrentes de múltiplos fornecedores e conflitos de responsabilidade.

14.4.2.3. A formação do lote não restringe indevidamente a concorrência, pois o mercado demonstra capacidade de fornecer o conjunto dos itens. O agrupamento foi estruturado de forma proporcional e técnica, preservando a ampla disputa e a seleção da proposta mais vantajosa.

14.4.2.4. A contratação conjunta evita multiplicidade de contratos e reduz custos administrativos, logísticos e de fiscalização. A fragmentação poderia gerar maior ônus operacional e aumento de despesas indiretas para a Administração.

14.4.2.5. O lote possibilita ganho de escala e maior poder de negociação, favorecendo a obtenção de propostas globais mais competitivas. A medida contribui para melhor relação custo-benefício e uso racional dos recursos públicos.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1. A escolha da solução baseada na aquisição de equipamentos de TIC por meio de processo licitatório próprio fundamenta-se no princípio da economicidade, previsto na Lei nº 14.133/2021, que exige da Administração Pública a busca da proposta mais vantajosa, considerada não apenas sob o aspecto do menor preço, mas também em relação ao custo total ao longo do ciclo de vida (TCO), à qualidade, à eficiência, à segurança e à aderência às necessidades de negócio da Operação Acolhida.

15.2. A análise econômica observa, ainda, as diretrizes da IN SGD/ME nº 94/2022 e da IN SEGES/ME nº 65/2021, que orientam, quando cabível, a avaliação de alternativas e a realização de pesquisa de preços de forma estruturada e transparente.

15.2.1. No entanto, não foi possível realizar essa comparação para o Estudo, uma vez que não foi identificada, no mercado, ata de registro de preços (ARP) vigente que contemplasse, em um único instrumento, todos os 37 itens objeto desta contratação, com especificações técnicas compatíveis e condições comerciais adequadas às necessidades da Administração.

15.2.1.1 Levando em consideração:

- Complexidade do escopo: A contratação envolve 36 itens heterogêneos (equipamentos de TI, periféricos, softwares e acessórios especializados), cujas especificações técnicas são críticas para a interoperabilidade dos sistemas existentes;
- Fragmentação de atas existentes: Embora existam atas vigentes para itens isolados nenhuma ARP abrange integralmente o escopo;
- Inviabilidade de múltiplas adesões: A utilização de diversas atas simultâneas geraria:
 - Sobrecusto administrativo (gestão de múltiplos fornecedores, prazos e fiscalizações);
 - Riscos de incompatibilidade técnica entre itens de fornecedores distintos;
 - Perda de sinergia em prazos de entrega, garantia e suporte.

15.3. Diante da ausência de ARP única e da inviabilidade operacional de fragmentar a contratação, a solução via licitação própria (Solução 1) configura-se como a única alternativa factível, dispensando a comparação de TCO com adesão a ata (Solução 2). Ressalta-se que essa constatação está alinhada com o art. 25, § 1º, da Lei 14.133/2021, que prevê a licitação direta quando inexistente oferta adequada em compras compartilhadas.

16. Diretrizes do Certame

16.1. Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

16.1.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) encontra amparo nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 2021, e é regulamentada pelo Decreto nº 11.462, de 2023.

16.1.2. O SRP é um procedimento que permite o registro formal de preços relativos à prestação de serviços, obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras, mediante licitação nas modalidades pregão ou concorrência, ou contratação direta.

16.1.3. O SRP proporciona maior agilidade e eficiência aos processos de contratação, otimizando a gestão de estoques, reduzindo custos operacionais e garantindo a padronização de bens e serviços. Além disso, permite que a Administração realize contratações de forma mais flexível, conforme a demanda real, sem a necessidade de instaurar um novo processo licitatório a cada aquisição ou contratação, contribuindo para a economicidade e a racionalização dos recursos públicos.

16.1.4. Para esta contratação, optou-se pela ADOÇÃO do Sistema de Registro de Preços, em razão de:

16.1.4.1. Necessidade de contratações permanentes ou frequentes do objeto;

16.1.4.2. Conveniência de aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;

16.1.4.3. Impossibilidade de definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração, em razão da variabilidade das frentes de trabalho, da rotatividade de pessoal, do desgaste natural dos materiais de TIC, periféricos e acessórios de informática, decorrente do uso contínuo e das condições operacionais próprias das atividades desenvolvidas no âmbito da Operação Acolhida.

16.2. Ata de Registro de Preços (ARP)

16.2.1. Possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços (ARP)

16.2.1.1. A adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) por órgãos ou entidades não participantes, conhecida como "carona", é um mecanismo previsto no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021, e detalhado no Capítulo VI do Decreto nº 11.462, de 2023.

16.2.1.2. Este dispositivo permite que órgãos e entidades que não participaram do processo licitatório original possam utilizar os preços registrados na ARP, desde que:

16.2.1.2.1. Haja justificativa da vantagem da adesão, inclusive em casos de provável desabastecimento ou risco de descontinuidade do serviço público;

16.2.1.2.2. Seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores de mercado, em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

16.2.1.2.3. Exista anuência do órgão gerenciador e aceite do fornecedor.

16.2.1.3. Para esta contratação, optou-se por POSSIBILITAR a adesão à Ata de Registro de Preços, em razão de:

16.2.1.3.1. Busca por economia de escala, otimização dos recursos públicos, padronização de bens e serviços em âmbito mais amplo;

16.2.1.3.2. A inexistência de prejuízo à competitividade e à gestão da ARP.

16.2.1.4. A permissão de adesão contribuirá para a maximização dos benefícios do SRP, permitindo que outras entidades da Administração Pública se beneficiem dos preços e condições mais vantajosas obtidas no certame, sem a necessidade de realizar um novo processo licitatório.

16.2.1.5. Serão observados os limites e condições estabelecidos no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021 e nos arts. 28 a 32 do Decreto nº 11.462, de 2023, incluindo a limitação de quantitativos e a necessidade de anuência do órgão gerenciador e do fornecedor.

16.2.2. Modelo de Gestão

16.2.2.1. Em conformidade com o Art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços decorrente deste certame terá vigência de 1 ano, podendo ser prorrogada por igual período, mediante manifestação de interesse da Administração e anuência do fornecedor. **Fica expressamente estabelecida a possibilidade de renovação do quantitativo registrado por ocasião da prorrogação da vigência da Ata**, desde que demonstrada a vantajosidade econômica e a manutenção das condições de habilitação, respeitados os limites e necessidades da Operação Acolhida.

16.3. Vedação de participação de consórcios

16.3.1. O art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021, admite, como regra, a participação de empresas em consórcio, cabendo à Administração avaliar a pertinência de sua aplicação em cada certame. O Manual de Licitações e Contratos do TCU (2024) reforça que a fase preparatória deve conter a motivação acerca da possibilidade ou não de consórcios (art. 18, inciso IX), sendo a vedação medida excepcional, que exige fundamentação técnica e proporcionalidade.

16.3.2. Para esta contratação, optou-se pela NÃO VEDAÇÃO da participação de consórcios, em razão de:

16.3.2.1. Ampliação da competitividade e da disputa, uma vez que a possibilidade de consórcios pode atrair empresas de menor porte ou com experiência setorial limitada, que isoladamente não atenderiam integralmente às exigências técnicas, mas que, em associação, podem apresentar propostas competitivas;

16.3.2.2. Aproveitamento de especializações complementares, pois o objeto, embora padronizado, pode envolver aspectos logísticos, sanitários e de fornecimento em escala. A atuação conjunta de empresas consorciadas pode possibilitar a reunião de expertises distintas, elevando a capacidade de execução contratual, com ganho em qualidade e confiabilidade do fornecimento;

16.3.2.3. Mitigação de riscos de inexecução, à medida que a formação de consórcios permite que os consorciados compartilhem recursos técnicos, operacionais e financeiros, diluindo riscos e reduzindo a probabilidade de inexecução contratual.

16.3.3. Para garantir a eficiência administrativa, deverão ser observadas as seguintes condições:

16.3.3.1. Responsabilidade solidária entre os consorciados durante toda a execução contratual (art. 15, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021);

16.3.3.2. Indicação de empresa líder, responsável pela interlocução com a Administração; e

16.3.3.3. Definição clara, no edital, das responsabilidades técnicas e da comprovação de habilitação mínima por cada consorciado.

16.4. Vedação de participação de cooperativas

16.4.1. A participação de cooperativas em licitações públicas é admitida pelo art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que observados requisitos específicos para preservar a natureza jurídica e os princípios do cooperativismo.

16.4.2. Para esta contratação, optou-se pela NÃO VEDAÇÃO da participação de cooperativas, em razão de:

16.4.2.1. Compatibilidade do objeto com a estrutura cooperativista, uma vez que se trata de fornecimento de bens, não envolvendo serviços de natureza personalíssima nem vínculo de subordinação direta;

16.4.2.2. Fomento à competitividade e inclusão social, ampliando o universo de potenciais licitantes e permitindo a participação de entidades com relevante papel social e econômico;

16.4.2.3. Mitigação de riscos mediante requisitos de habilitação, exigindo-se o cumprimento integral das exigências legais, inclusive regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal.

16.4.3. A possibilidade de participação de cooperativas está alinhada ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, não configurando afronta à competitividade ou à isonomia.

16.5. Tratamento diferenciado para ME e EPP

16.5.1. O tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) é imperativo constitucional (art. 170, inciso IX, da Constituição Federal) e legal, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

16.5.2. Este tratamento visa promover o desenvolvimento econômico e social local e regional, ampliar a eficiência das políticas públicas e incentivar a inovação.

16.5.3. Para esta contratação, optou-se pela NÃO ADOÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO para ME e EPP, em razão de:

16.5.3.1. Após análise técnica e estudo de mercado, verificou-se que a divisão do objeto em cotas não se mostra adequada, pois a fragmentação comprometeria a economicidade e a eficiência da contratação. A divisão em cotas reduziria a economia de escala, elevando o custo global da contratação, além de aumentar a complexidade administrativa pela pulverização da execução entre diferentes fornecedores, o que exigiria maior esforço de fiscalização e gestão contratual. O objeto licitado possui características que demandam uniformidade e padronização, sendo prejudicial a sua execução por múltiplos fornecedores, e a adoção de cotas poderia gerar risco de descontinuidade ou de variação na qualidade do fornecimento em razão da multiplicidade de contratados. Ademais, conforme dispõe o art. 49, inciso III, da Lei

Complementar nº 123/2006, não se aplica o tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte quando este não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Assim, a opção pela não reserva de cotas encontra-se devidamente fundamentada nos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, assegurando que a contratação atenda ao interesse público de forma mais vantajosa.

16.5.3.2. Promoção da isonomia material, uma vez que o regime diferenciado corrige desigualdades estruturais no mercado, propiciando às ME/EPP condições justas de competir com empresas de maior porte, em linha com a jurisprudência consolidada do TCU.

16.6. Exigências de qualificação técnica

16.6.1. Para esta contratação, optou-se pela EXIGÊNCIA de comprovação de qualificação técnica, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, a fim de assegurar que o futuro contratado possua condições efetivas para executar o objeto com qualidade, regularidade e eficiência.

16.6.2. Essa exigência decorre do seguinte fundamento:

16.6.2.1. A exigência de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional tem por finalidade atestar que o licitante dispõe de profissionais devidamente habilitados e de experiência prévia na execução de objetos similares, mitigando riscos de inadimplemento e assegurando a eficiência contratual.

16.6.2.2. No contexto da Operação Acolhida, que atua em caráter emergencial no acolhimento de imigrantes em situação de vulnerabilidade, a exigência mostra-se ainda mais necessária. Trata-se de operação complexa, que mobiliza militares e servidores deslocados de diversas regiões do país para Boa Vista e Pacaraima, demandando a máxima confiabilidade na execução dos contratos de apoio. Assim, ainda que o objeto contratual possa aparentar simplicidade em condições ordinárias, o cenário de crise humanitária exige atenção redobrada quanto à segurança da execução e continuidade dos serviços.

16.6.2.3. Nesse sentido, a cobrança de comprovação de capacitação técnica não se configura como restrição indevida à competitividade, mas como medida proporcional e justificada de gestão de riscos, apta a garantir que os fornecedores possuam efetiva aptidão para atender às demandas emergenciais da Operação. Tal providência está em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que admite a exigência de habilitação técnica sempre que motivada pela natureza do objeto e pelo contexto de execução, evitando a seleção de fornecedores inexperientes e reforçando a eficiência administrativa.

16.6.3. As exigências serão através da comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação não se configurando como barreira à competitividade. Serão admitidos o somatório de atestados de experiência e a apresentação de comprovações alternativas quando cabível.

16.6.4. Dessa forma, a Administração exige a comprovação de qualificação técnica como medida indispensável à execução regular do contrato, em consonância com a Lei nº 14.133, de 2021, o Manual de Licitações e Contratos do TCU (2024) e os princípios da legalidade, eficiência, vantajosidade e mitigação de riscos.

17.7. Exigências de qualificação econômico-financeira

16.7.1. A qualificação econômico-financeira tem como objetivo comprovar a capacidade do licitante de arcar com os compromissos financeiros decorrentes da futura contratação, garantindo a solidez e a sustentabilidade da empresa para a execução do objeto.

16.7.2. O art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021 estabelece os documentos e requisitos que podem ser exigidos para essa finalidade, tais como balanço patrimonial, índices econômicos, certidão negativa de feitos sobre falência, e capital social mínimo.

16.7.3. Para esta contratação, optou-se pelo EXIGÊNCIA de comprovação de qualificação econômico-financeira, em razão de:

16.7.3.1. Do valor total estimado da contratação;

16.7.3.2. Da complexidade do objeto contratual; e

16.7.3.3. Dos riscos administrativos, financeiros e operacionais envolvidos em virtude de eventual rescisão contratual.

16.7.4. Serão exigidos os seguintes documentos e/ou índices:

16.7.4.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis: Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa;

16.7.4.2. Índices Contábeis: Exigência de índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral em valores que demonstrem a boa saúde financeira da empresa, calculados com base nas demonstrações contábeis. Tais índices são cruciais para avaliar a capacidade de pagamento de curto e longo prazo do licitante, bem como a capacidade de honrar todas as suas dívidas; e

16.7.4.3. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial e extrajudicial ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

16.8. Margem de preferência

16.8.1. A margem de preferência, prevista no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021 e regulamentada pelo Decreto nº 11.890, de 2024, constitui instrumento de incentivo ao desenvolvimento nacional sustentável, aplicável exclusivamente a bens manufaturados e serviços nacionais, bem como a bens reciclados, recicláveis e biodegradáveis, desde que contemplados em listas oficiais da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS).

16.8.2. Atualmente, encontram-se beneficiados com margens de preferência, conforme a Resolução SEGES-CICS/MGI nº 1, de 2024 e a Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 2024, entre outros:

16.8.2.1. Transformadores, conversores estáticos e carregadores de acumuladores (NCM 8504 e 85044010);

16.8.2.2. Acumuladores de íon de lítio (NCM 8507.60.00);

16.8.2.3. Veículos automotivos de transporte coletivo e chassis/carrosserias (NCM 8702, 8706, 8707);

16.8.2.4. Sistemas metroferroviários e componentes (NCM 8601 a 8608 e 90328930);

16.8.2.5. Locomotivas, locotratores, bogies e bissels de tração (NCM 8601, 8602, 8607.11.10);

16.8.2.6. Tratores (NCM 8701); e

16.8.2.7. Vacinas para uso humano e veterinário (NCM 3002.41 e 3002.42).

16.8.3. Para esta contratação, optou-se pelo NÃO APLICAÇÃO da margem de preferência, em razão do objeto contratual não se enquadrar em nenhum dos bens ou serviços listados nas resoluções vigentes, inexistindo, portanto, respaldo normativo para aplicação da margem de preferência neste certame.

16.8.4. Dessa forma, a não aplicação da margem de preferência está devidamente justificada na ausência de previsão normativa específica para o objeto e na necessidade de assegurar a ampla participação e a obtenção da proposta mais vantajosa, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021 e a jurisprudência do TCU.

17. Benefícios a serem alcançados com a contratação

17.1. Benefícios institucionais e de planejamento

17.1.1. A contratação permitirá o fornecimento contínuo de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação durante a vigência do contrato, em conformidade com a legislação vigente, com o Termo de Referência e com o edital, garantindo suporte adequado às diversas atividades realizadas pela Força Tarefa Logística Humanitária da Operação Acolhida.

17.1.2. A aquisição possibilitará a reposições e ampliações necessárias do parque de TIC, assegurando materiais e equipamentos adequados às atividades desenvolvidas pelo Pelotão de Tecnologia da Informação, reduzindo a dependência de equipamentos obsoletos e aumentando a confiabilidade da infraestrutura tecnológica.

17.1.3. A contratação contribuirá para o cumprimento das ações previstas no Plano de Contratações Anual da Força Tarefa, viabilizando parte das demandas planejadas para a área de TIC e garantindo maior aderência entre o planejamento e a execução orçamentária.

17.1.4. O objeto encontra-se alinhado ao Planejamento Estratégico da FT Log Hum, em especial ao Objetivo Estratégico nº 6 do Plano de Gestão – “aperfeiçoar a gestão da tecnologia da informação e comunicação” –, apoiando diretamente iniciativas de modernização dos sistemas e estruturas empregados na gestão da entrada e saída de migrantes nos abrigos sob responsabilidade da Operação Acolhida.

17.2. Benefícios operacionais e de desempenho

17.2.1. A renovação e ampliação dos equipamentos de TIC contribuirá para a melhoria do desempenho dos sistemas e aplicações utilizados nas atividades de acolhida, reduzindo lentidão, falhas recorrentes e interrupções que hoje impactam o registro, a consulta e o tratamento de informações de migrantes e das ações logísticas associadas.

17.2.2. Espera-se aumento da produtividade das equipes envolvidas nas atividades de atendimento, coordenação e suporte, em razão de estações de trabalho mais estáveis, com maior capacidade de processamento e condições adequadas para o uso simultâneo de múltiplas aplicações necessárias ao trabalho diário.

17.2.3. A maior confiabilidade dos equipamentos deverá resultar em redução do tempo de indisponibilidade por falhas de hardware, favorecendo a continuidade das operações em postos de fronteira, centros de triagem e abrigos, bem como em atividades administrativas de planejamento, monitoramento e tomada de decisão.

17.3. Benefícios de gestão, padronização e suporte

17.3.1. A contratação favorecerá a padronização do parque de TIC utilizado pela Operação Acolhida, o que facilita o inventário, a gestão de ativos, a aplicação de políticas de segurança da informação e a execução de manutenção corretiva e preventiva pelo Pelotão de TI.

17.3.2. A padronização e a atualização tecnológica dos equipamentos permitirão melhor integração com as ferramentas de gerenciamento remoto, distribuição de software, atualização de sistemas e monitoramento já utilizadas pela área de TIC, racionalizando o esforço de suporte técnico.

17.3.3. A solução contratada também contribuirá para uma maior previsibilidade de gastos com manutenção, ao reduzir a incidência de falhas típicas de equipamentos fora de ciclo de vida, permitindo que o Pelotão de TI concentre-se em atividades de maior valor agregado, como planejamento, melhoria de serviços e suporte a novos projetos.

17.4. Benefícios em segurança da informação, conformidade e sustentabilidade

17.4.1. A adoção de equipamentos atualizados e compatíveis com as políticas e ferramentas corporativas de segurança permitirá melhor implementação dos controles de segurança da informação, incluindo criptografia, autenticação, gestão de acessos e monitoramento de incidentes, aumentando a proteção de dados pessoais e sensíveis tratados no contexto da Operação Acolhida.

17.4.2. A contratação estará em conformidade com a legislação e os normativos aplicáveis às contratações de TIC (como Lei nº 14.133/2021, IN SGD/ME nº 94/2022, Decreto nº 7.174/2010, normas de sustentabilidade e de proteção de dados), fortalecendo a segurança jurídica e a governança das aquisições de tecnologia no âmbito da Força Tarefa.

17.4.3. A exigência de critérios mínimos de eficiência energética, certificações e observância a normas ambientais contribuirá para benefícios de sustentabilidade, com potencial redução do consumo de energia e menor impacto ambiental associado ao ciclo de vida dos equipamentos de TIC adquiridos.

17.5. Benefícios para o atendimento à população e para a efetividade da Operação Acolhida

17.5.1. Indiretamente, a melhoria da infraestrutura de TIC deverá refletir-se em atendimentos mais céleres, organizados e confiáveis às pessoas acolhidas, uma vez que os registros, consultas e atualizações de dados poderão ser realizados com maior estabilidade e fluidez.

17.5.2. O aumento da capacidade tecnológica apoiará a melhor gestão das informações operacionais e estratégicas, contribuindo para o monitoramento mais preciso de fluxos de migrantes, ocupação de abrigos, distribuição de recursos e outras variáveis relevantes para a efetividade da política de acolhida.

18. Providências a serem Adotadas

18.1. Não há a necessidade de adequação do ambiente da FT Log Hum para que a contratação surta seus efeitos.

18.2. As responsabilidades da Contratante e da Contratada e demais informações que norteiam a contratação em questão estão listadas no Edital e seus anexos, os quais são partes integrantes deste processo.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

Ao considerar as informações do conjunto de pesquisas realizadas, baseadas nas soluções concebidas, aspectos econômicos e qualitativos registrados ao longo do Estudo Técnico Preliminar, declaramos que é viável prosseguirmos com o processo licitatório, conforme o inciso XIII do art. 9º da Instrução Normativa nº 58 de 08/08/2022, da SEGES/ME.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE LUIZ FRANCO DE SOUZA FILHO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 17:22:40.

EVERTON KARNOPP RAATZ

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 01/05/2026 às 16:18:20.

THIAGO MARTINS DOS SANTOS

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 10:36:42.



XERXES SLAGHENAUF

Autoridade Máxima da Área de TIC

MINUTA



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICAS E MOBILIZAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL

– CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026 –

PROCESSO Nº 60301.000860/2025-47

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
XX/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA-EXECUTIVA DE
COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE
ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL E
EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

A União, por intermédio da SECRETARIA-EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL, com sede na rua Floriano Peixoto, nº 221, na cidade de Boa Vista/RR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 42.572.269/0001-92, neste ato representada pelo Ordenador de Despesas, JORGE ANDRÉ FERREIRA DA SILVA – Coronel, nomeado(a) pela Portaria nº 3480, de 29 de junho de 2023, publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 60301.000860/2025-47 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90005/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação para aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), componentes de infraestrutura de rede, armazenamento, acessórios de hardware e licenças de softwares, em prol da Operação Acolhida, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CatMat	Und	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	X	X	X	X	X	X
2	XX	XX	XX	XX	XX	XX
3	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
...
TOTAL					R\$ YY,YY	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência.

1.3.2. O Edital da Licitação.

1.3.3. A Proposta da CONTRATADA.

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. **CLAUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas a providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **XXXXXX (XXXXXX)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 8.1. São obrigações da CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 8.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.6. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- 8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no Termo de Referência:
- 9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a

fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.1.7.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.7.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.7.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;

9.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.1.10. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

9.1.17. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, quando aplicável;

9.1.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.1.19. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.1.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

- 9.2. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.3. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.4. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.5. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.7. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008; e
- 9.8. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:
- 12.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 12.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

- 12.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.8.3. Das indenizações e multas.
- 12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 12.10. A CONTRATANTE poderá ainda:
- 12.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 12.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.
- 12.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. A CONTRATADA é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.6. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- 14.1.1. Gestão/unidade: [...];
- 14.1.2. Fonte de recursos: [...];
- 14.1.3. Programa de trabalho: [...];
- 14.1.4. Elemento de despesa: [...];
- 14.1.5. Plano interno: [...]; e
- 14.1.6. Nota de empenho: [...].

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as

disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária de Roraima, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado eletronicamente pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

Boa Vista, RR, *na data da assinatura.*

JORGE ANDRÉ FERREIRA DA SILVA - Coronel
Chefe da Unidade Dirigente e Ordenador de Despesas

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

CPF:

2-

CPF:

Modelo Contrato:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União.
Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Atualização: AGO/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge André Ferreira da Silva, Chefe**, em 24/03/2026, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **8747457** e o código CRC **B0887E03**.

Referência: Processo nº 60301.000860/2025-47

SEI nº 8747457



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 60301.000860/2025-47
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026 (MINUTA)

A Secretaria Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial - SECAAE, por meio da Unidade Gestora Executora, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 221, Centro, na cidade de Boa Vista - RR, 69301-320, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 42.572.269/0001-92, neste ato representado pelo Chefe da Unidade Dirigente e Ordenador de Despesas, JORGE ANDRÉ FERREIRA DA SILVA – Coronel, nomeado pela Portaria SECAAE/CHELOG/EMCFA-MD nº 3480, de 29 de junho de 2023, publicada no BI nº 126, de 03 de julho de 2023, do(a) FT Log Hum, portador da Matrícula Funcional nº 019.476.053-4 (EB/MD), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2026, publicada no DOU de 21/07/2025, processo administrativo nº 60301.000860/2025-47, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação para aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), componentes de infraestrutura de rede, armazenamento, acessórios de hardware e licenças de softwares, em prol da Operação Acolhida, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação nº 90005/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

RAZÃO SOCIAL: CNPJ: ENDEREÇO: TELEFONE: REPRESENTANTE:									
Item do TR	Especificação	Marca Modelo	Unidade	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor Total	Prazo garantia ou validade
1									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
2									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
3									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
4									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
5									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
...									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
TOTAL									-

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTES(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a Unidade Gestora Executora - Operação Acolhida
3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do ITEM 4.1.
- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no ITEM 4.6.
- 4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual conforme o art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o ITEM 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o ITEM 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o ITEM 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no ITEM 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no ITEM 5.7, observando o ITEM 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o ITEM 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o

fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no ITEM 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do ITEM 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no ITEM 7.2 e no ITEM 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do ITEM 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11.

CONDIÇÕES GERAIS
- 11.1.

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 11.2.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
12.

ANEXO
- 12.1.

Cadastro Reserva

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Boa Vista, RR, na data da assinatura.

JORGE ANDRÉ FERREIRA DA SILVA - Coronel
Chefe da Unidade Dirigente e Ordenador de Despesas

Representante legal do fornecedor registrado

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Modelo Ata de Registro de Preços - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

CADASTRO RESERVA

13.

SEGUINDO A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, SEGUE RELAÇÃO DE FORNECEDORES QUE ACEITARAM COTAR OS ITENS COM PREÇOS IGUAIS AO ADJUDICATÁRIO:

RAZÃO SOCIAL: CNPJ: ENDEREÇO: TELEFONE: REPRESENTANTE:									
Item do TR	Especificação	Marca Modelo	Unidade	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor Total	Prazo garantia ou validade
1									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
2									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
3									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
4									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
5									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
...									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
TOTAL									-

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
REPRESENTANTE:

Item do TR	Especificação	Marca Modelo	Unidade	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor Total	Prazo garantia ou validade
1									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
2									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
3									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
4									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
5									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
...									De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos
TOTAL									-



Documento assinado eletronicamente por **Jorge André Ferreira da Silva**, **Chefe**, em 07/05/2026, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **8840994** e o código CRC **384AB038**.



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL

TERMO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

Aplicável às Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024 OU às Compras com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021; e

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.8.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**.
- 3.1.8.3. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 3.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado

para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.4. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.5. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.6.3. Indenizações e multas.

5.7. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.8. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial

atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. **FORO**

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Roraima, Seção Judiciária de Boa Vista para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Boa Vista, RR, na data da assinatura eletrônica.

JORGE ANDRÉ FERREIRA DA SILVA - Coronel
Chefe da Unidade Dirigente e Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **Jorge André Ferreira da Silva, Chefe**, em 24/03/2026, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **8748199** e o código CRC **41C9ABDC**.

MINUTA



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

PROCESSO Nº 60301.000860/2025-47

A empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (razão social) inscrita no CNPJ nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador(a) da Carteira de Identidade nº **XXXXXXXXXX** e do CPF nº **XXXXXXXXXXXXXXX**, para fins do disposto no subitem 17.5. do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90005/2026**, 60301.000860/2025-47, **DECLARA**, que, está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital.

Boa Vista - RR, na data da assinatura eletrônica.

Representante Legal do Licitante



Documento assinado eletronicamente por **Jorge André Ferreira da Silva**, **Chefe**, em 24/03/2026, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **8746611** e o código CRC **7F61E699**.